

As Aulas Médico-Cirúrgicas no Hospital da Misericórdia do Funchal (1812-1836)¹

The Medical and Surgical Classes at the Hospital of Misericórdia of Funchal (1812-1836)

Luís Timóteo Ferreira²

Resumo

A criação da Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, em 1837, não constituiu uma novidade absoluta, não ocorreu num vazio de práticas de formação médico-cirúrgica e farmacêutica, nem num vazio de formalização docente. As duas Aulas Médico-Cirúrgicas normalmente referenciadas pela historiografia, a do Bispo Meneses e Ataíde e a do médico João Francisco de Oliveira, não são casos isolados e devem ser vistas num *continuum* cuja diacronia carece, todavia, de estudos. Apesar do grande desconhecimento acerca da formação de cirurgiões e boticários no Hospital da Misericórdia do Funchal durante o século XVIII e o conturbado contexto histórico das três primeiras décadas do século XIX, em Portugal continental como na Madeira, este artigo pretende dar uma visão mais integradora dos esforços e vicissitudes da implementação dos estudos médico-cirúrgicos e farmacêuticos no Funchal, bem como da dimensão formativa em contexto real que caracterizava as práticas no interior do Hospital de Santa Isabel. Para tal, analisar-

¹ Os arquivos e fundos citados ao longo do texto serão identificados com as seguintes siglas: ABM – Arquivo e Biblioteca da Madeira; AHM – Arquivo Histórico Militar; AHU – Arquivo Histórico Ultramarino; CU – Conselho Ultramarino (CA – série Castro e Almeida); ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo; AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra; CMFUN – Câmara Municipal do Funchal; EMCFUN – Escola Médico-Cirúrgica do Funchal; SCMFUN – Santa Casa da Misericórdia do Funchal.

² Professor do Ensino Básico no Funchal. Licenciou-se em História pela Universidade de Coimbra (1991). Aí concluiu a parte curricular do Mestrado em História Contemporânea de Portugal (1994). É mestre em Ciências da Educação, área de Inovação Pedagógica, pela Universidade da Madeira (2011). Aí concluiu a parte curricular do doutoramento em Ciências da Educação, área de Currículo (2014). Actualmente prepara tese de doutoramento em Estudos Contemporâneos pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra sobre a história da medicina, da cirurgia e da farmácia na Madeira. É investigador colaborador, não doutorado, do grupo de investigação História e Sociologia da Ciência e da Técnica do CEIS20. Contacto: timoteo.ferreira@edu.madeira.gov.pt.

-se-á criticamente a historiografia madeirense sobre o assunto e procurar-se-á cruzar documentos insuficientemente explorados e outros inéditos. As balizas temporais deste artigo referenciam o primeiro registo encontrado de tentativa de organização formal do ensino da cirurgia e o último registo documental sobre um praticante do hospital antes da criação da Escola Médico-Cirúrgica.

Palavras-chave: Funchal; Hospital da Misericórdia; Escola Médico-Cirúrgica; Medicina; Cirurgia; Farmácia.

Abstract

The creation of the Medical and Surgical School of Funchal, in 1837, was not an absolute novelty, nor did it occur in a vacuum of medical-surgical and pharmaceutical training practices, nor in a vacuum of teaching and curricular formalisation. The two Medical and Surgical Classes usually referred to by historiography, that of Bishop Meneses e Ataíde and that of the physician João Francisco de Oliveira, are not isolated cases and should be seen in a *continuum* whose diachrony lacks, however, studies. Despite the great ignorance about the training of surgeons and apothecaries at the Hospital da Misericórdia do Funchal during the 18th century and the troubled historical context of the first three decades of the 19th century, both in mainland Portugal and Madeira, this article aims to provide a more integrative view of the efforts and vicissitudes of the implementation of medical, surgical and pharmaceutical studies in Funchal, as well as the training dimension in real context that characterized the practices within the Hospital de Santa Isabel. To this end, a critical analysis will be made of the Madeiran historiography on the subject and an attempt will be made to cross-reference documents that have not been sufficiently explored and other unpublished documents. The temporal boundaries of this article refer to the first record found of an attempt to formally organize the teaching of surgery and the last documented record of a practitioner of the hospital before the creation of the Medical and Surgical School.

Keywords: Funchal; Hospital of Misericórdia; Medical and Surgical School; Medicine; Surgery; Pharmacy.

Introdução

O entendimento da historiografia como os *corpora* de textos sobre o passado, produzidos por historiadores de profissão, formados e enquadrados pelas instituições universitárias, pressupõe um conhecimento rigoroso, alicerçado em métodos e fiabilizado pela comunidade científica. Em Portugal, a profissionalização dos estudos históricos foi tardia quando comparada com outras nações europeias, e, na verdade, os grandes historiadores portugueses do século XIX e do início do século XX foram autodidactas, diletantes e ensaístas, embora eruditos. Como argumentou Fernando

Catroga³, a historiografia científica conviveu sempre com a memória ritualizada: campos distintos, que não se anulam, mas que se sobrepõem amiúde.

A história da medicina, como temática específica no grande bojo da historiografia nacional, antes da profissionalização dos historiadores, foi sobretudo praticada por médicos⁴. Maximiano Lemos, Ricardo Jorge, Luís de Pina, Fernando da Silva Correia, Augusto da Silva Carvalho são alguns dos seus grandes cultores. Na Madeira não foi diferente. A grande obra escrita sobre a história da medicina pertence a um médico, Artur António Ferraz da Bandeira de Figueiredo, natural de Tondela, formado pela Universidade do Porto, em 1963, e cuja dissertação de conclusão de licenciatura teve por título *Introdução à História Médica da Madeira*⁵. Infelizmente, o autor não mais se dedicou a assuntos históricos ou publicou sobre qualquer tema da história da medicina na Madeira, à excepção de um pequeno artigo que retoma, resumidamente, os temas da dissertação⁶. É de lamentar também o facto de não ter deixado seguidores, no continente ou no arquipélago.

O P.^o Fernando Augusto da Silva (1863-1949), autor principal do *Elucidário Madeirense*, escreveu, em 1945, já no final da sua vida, uma pequena monografia sobre a Escola Médico-Cirúrgica do Funchal. A obra faz uma breve referência ao período imediatamente anterior, o das aulas médico-cirúrgicas.

A bem da verdade, é preciso dizer que estas são as duas únicas obras sobre a história da medicina na Madeira, o que é manifestamente pouco e, até certo ponto, quase incompreensível⁷. É certo que outros dois autores de relevo na cultura madeirense no séc. XX, João Cabral do Nascimento (1897-1978) e José Pereira da Costa (1922-2010), escreveram sobre o tema, porém de forma muito exígua. Um outro autor, também de grande relevo, o engenheiro Luís Peter Stanton Clode (1904-1990), apesar de não ter escrito directamente sobre o tema tratado, deu um enorme contributo para o conhecimento biográfico de muitas personalidades, entre as quais professores e alunos da Escola Médico-Cirúrgica do Funchal⁸. É também verdade que, antes de Luís Peter Clode, Alfredo António de Castro Teles de Meneses de Freitas, Visconde do Porto da Cruz (1890-1962), aduzira algumas informações biográficas relativas a

³ Cf. CATROGA, 2015, *Memória, História e Historiografia*.

⁴ Cf. PITA e PEREIRA, 2006, «A História da Farmácia em Portugal [...]».

⁵ BRITO, 1963, *Universidade do Porto. Anuário XVII. Ano Escolar de 1962-1963*, p. 126.

⁶ FIGUEIREDO, 1964, *Aspectos da Medicina na Madeira através dos tempos [...]*.

⁷ Existe uma outra monografia sobre a história da medicina, no caso, da ortopedia, que não será considerada nesta contabilidade, posto que não avançou com qualquer investigação e baseou-se extensivamente nos autores em causa. Cf. PEREIRA, 2002, *A Madeira e a Ortopedia [...]*.

⁸ CLODE, 1983, *Registo bio-bibliográfico de madeirenses: sécs. XIX e XX*.

médicos madeirenses⁹. Quanto a teses de doutoramento, apenas uma recente tese sobre a história do combate à tuberculose em Portugal abordou o papel do Hospício da Princesa D. Maria Amélia entre 1853 e 1859¹⁰. Por fim, alguns artigos mais recentes devem ser referenciados, sem que se altere o quadro global de insuficiência de investigações sobre temas médicos ou relacionados às ciências da saúde¹¹.

Impõe-se, assim, que se faça um breve bosquejo crítico sobre aqueles textos inaugurais como tarefa inicial de abordagem do tema proposto. Não serão, todavia, analisados os artigos mais recentes. Pontualmente, serão feitas outras referências àqueles primeiros textos. Ainda antes da abordagem da institucionalização das aulas médico-cirúrgicas será feita uma breve contextualização histórica desde o final do séc. XVIII até ao início do séc. XIX.

O Que Ficou Registrado na Historiografia Madeirense

A obra enciclopédica *Elucidário Madeirense*, coordenada pelo P.^e Fernando Augusto da Silva (1863-1949) em co-autoria com Carlos Azevedo de Meneses (1863-1928), editada em 1921 no contexto das comemorações do *V Centenário do Descobrimento da Madeira*, é um marco dos estudos históricos sobre a Madeira e o Porto Santo, onde história e memória ocupam espaço de destaque, e um repositório de diversas outras informações sobre o arquipélago. No entanto, dedicou apenas algumas páginas à Escola Médico-Cirúrgica do Funchal. Há, contudo, entradas que versam sobre personalidades e acontecimentos ligados à Escola Médico-Cirúrgica, mas não se assumem suficientes para complementar o verbete sobre a escola ou carecem de interligação. Talvez a consciência das limitações que o projecto do *Elucidário Madeirense* comportava, pese embora o enorme esforço de coligir um vasto conjunto de informações, num contexto social, política e economicamente difícil, explique o facto de Fernando Augusto da Silva ter pretendido dedicar uma obra exclusivamente à Escola Médico-Cirúrgica, como o fez. Porém, antes da abordagem

⁹ PORTO DA CRUZ, 1949-1951, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, 3 vols.

¹⁰ VIEIRA, 2016, *Conhecer, Tratar e Combater a «Peste Branca»* [...]. Existe uma outra tese recente, também de muito interesse, mas que não será aqui levada em conta, posto que abordou as ideias médicas sobre o clima da Madeira a partir da sua influência na arquitectura e na origem do turismo insular. Cf. MATOS, 2016, *A Arquitectura do Turismo Terapêutico* [...].

¹¹ COSTA e MARTINS, 2015, «O Corpo Enfermo [...]»; PÃO, 2015, «A Epidemia de Cólera de 1856 [...]»; SANTOS, 2015, «Corpos Doentes, Corpos Confinados: [...]»; VERÍSSIMO, 1990, «A questão dos Sanatórios da Madeira».

desta obra, seguindo um plano de exposição cronológica, é preciso referir um outro contributo.

Cabral do Nascimento (1897-1978), poeta, escritor, ensaísta, tradutor e agente cultural madeirense, não sendo historiador de formação – cursou Direito em Lisboa –, foi, para além do interesse diletante, de facto, historiador de profissão: em 1930 foi patrocinado pela Junta de Educação Nacional para, em Lisboa, realizar investigações em bibliotecas e arquivos sobre a história da Madeira¹². Escreveu e publicou vários artigos sobre o tema e foi conduzido ao cargo de director do Arquivo Distrital do Funchal, onde deu início à publicação do *Arquivo Histórico da Madeira*. Infelizmente, de entre os seus inúmeros escritos neste boletim periódico da instituição, existem apenas duas breves referências à Escola Médico-Cirúrgica do Funchal e à medicina: em 1932, no texto «Alunos da Aula Médico-Cirúrgica»¹³, fez a transcrição e publicação de um documento inédito da Misericórdia do Funchal, não lhe tendo merecido qualquer tipo de consideração ou estudo; em 1933, uma pequena nota explicava o itinerário do fundo documental da Escola Médico-Cirúrgica do Funchal para Lisboa e daí de volta ao Funchal¹⁴.

Fernando Augusto da Silva publicou, em 1945, já com a idade de 78 anos, a monografia *A Antiga Escola Médico-Cirúrgica do Funchal: Breve Monografia Histórica*. Esta obra colige e articula algumas das entradas do *Elucidário Madeirense* sobre o tema, porém pouco as expande, em extensão ou em profundidade. Quase metade do texto são informações biográficas pontuais sobre os professores e sobre os alunos que julgou dignos de remarque. Possui pouco mais de 14 mil palavras, o que não chega a dobrar o número de palavras que constam de entradas conexas no *Elucidário*. A obra foi escrita sem preocupações de rigor historiográfico quanto às referências legislativas ou quanto às fontes documentais. O que mais surpreende é que Fernando Augusto da Silva não faz referência aos documentos do acervo da escola existentes no Arquivo Distrital, à excepção do livro de actas do Conselho Escolar e do documento da Santa Casa da Misericórdia, já citado, sem se referir ao artigo de Cabral do Nascimento publicado no *Arquivo Histórico da Madeira* que o transcreve.

Quase vinte anos passados sobre a breve monografia histórica de Fernando Augusto da Silva, surgiu uma obra que se debruçava sobre a história da medicina na Madeira, e não apenas sobre a Escola Médico-Cirúrgica. *A Introdução à História Médica da Madeira* de Bandeira de Figueiredo está dividida em quatro capítulos e

¹² Cf. SALGUEIRO, 2015, «Introdução».

¹³ NASCIMENTO, 1932, «Alunos da Aula Médico-Cirúrgica».

¹⁴ NASCIMENTO, 1933, «De Rebus Pluribus: Manuscritos da Escola Médica».

abrange desde o século XIV até 1910, ano da extinção da Escola Médico-Cirúrgica, com relevo para os séculos XVIII e XIX, período onde a documentação é mais abundante. No prólogo, Bandeira de Figueiredo afirma que não existiu «efectivamente uma medicina madeirense», antes sim «factos e homens que lhe deram uma feição peculiar», característica essa que, na opinião do autor, era marcada por elementos mesológicos e psicológicos que actuariam no contexto insular¹⁵. Para o recém-formado médico, a história, que albergaria uma espécie de filosofia, colocar-nos-ia «perante o problema do sentido da existência», e o seu estudo ajudar-nos-ia a compreender o homem em todas as suas dimensões, contribuindo «para a adopção de uma atitude menos materialista, neste tempo em que a técnica nos avassala com utópicas promessas de felicidade terrena.»¹⁶ Em termos historiográficos, a obra de Bandeira de Figueiredo, embora com indubitáveis elementos de notável erudição, permanece num registo dileitante marcado pelo preciosismo da curiosidade, pela sobrevalorização do evento, da data, do nome e da acção individual das grandes personagens, pela deficiente referenciação das fontes, pela ausência de problematizações e hipóteses explicativas que pudessem ajudar a compreender o devir social e histórico.

José Pereira da Costa (1922-2010), açoriano de nascimento e madeirense de adopção, fez da sua formação em filologia clássica o tirocínio de arquivista e historiadador. Diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo durante 22 anos, de 1966 a 1988, foi também diretor do Arquivo Distrital do Funchal entre 1955 e 1966. Mais uma vez, é de lamentar a exiguidade dos textos deste autor sobre temas médicos. Em 1966, publicou no *Arquivo Histórico da Madeira* um longo artigo sobre o Hospital da Misericórdia, com quase cento e cinquenta páginas, repleto de preciosas transcrições de documentos que vão dos séculos XV ao XIX¹⁷. Destes documentos, aquele que desperta maior interesse, no contexto desta investigação, e que poderia ter suscitado a José Pereira da Costa um estudo mais detalhado, já que a documentação é «verdadeiramente abundante», é a descrição do Hospital de Santa Isabel feita pelo médico José Joaquim de Freitas, formado pela Escola Médico-Cirúrgica do Funchal em 1870; descrição que, confessa José Pereira da Costa, «deu motivo à nossa investigação». Infelizmente, só em 1992 será possível encontrar um texto de José Pereira da Costa sobre temas médico-cirúrgicos e farmacêuticos e sobre a Escola Médico-Cirúrgica. O texto é um ensaio introdutório à publicação que serviu de catálogo à exposição organizada pela então Secretaria Regional de Turismo,

¹⁵ FIGUEIREDO, 1963, *Introdução à História Médica da Madeira*, pp. 10-12.

¹⁶ FIGUEIREDO, 1963, *Introdução à História Médica da Madeira*, p. 12.

¹⁷ COSTA, 1966, «Notas sobre o Hospital e a Misericórdia do Funchal».

Cultura e Emigração e pela Direcção Regional dos Assuntos Culturais¹⁸. É um texto curto, de nove páginas, no qual, em pouco mais de uma página, José Pereira da Costa se ocupa dos séculos XVIII e XIX, de forma muito breve e sem nada acrescentar ao que outros autores já haviam escrito sobre este período. No ano seguinte, um texto, em quase tudo semelhante ao anterior, saiu em publicação da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, onde foi dado algum relevo ao contexto da criação do primeiro sanatório para tuberculosos em Portugal, fundado no Funchal, o Hospício da Princesa D. Maria Amélia, e ao fenómeno do turismo terapêutico, nas suas palavras, «como sói dizer-se»¹⁹. Avançou alguns elementos curiosos e novos: as datas das tentativas de encerramento da escola antes do encerramento final, embora sem se alongar em explicações; referência a um livro de operações cirúrgicas dos alunos; algumas informações acerca da evolução dos cuidados médicos dos doentes mentais; descoberta da biblioteca da escola, «que se reencontrou em 1963 na dependência do Palácio de S. Pedro, no chão a monte e em estado caótico», e que, segundo ele, «foi melhor arrumada em estantes e, em breve, vai ser catalogada», algo que, até ao momento, não se sabe se terá, de facto, acontecido. A leitura deste texto de José Pereira da Costa desperta no leitor a curiosidade para saber mais; no entanto, não parece ter despertado nos investigadores semelhante interesse.

Breve Contextualização Histórica

Em 1772, a Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra representou uma importante renovação dos estudos médicos, cirúrgicos e farmacêuticos, e uma tentativa de aproximar o país das melhores práticas científicas da Europa²⁰. O ensino que, com os novos Estatutos da Universidade, será ministrado no Hospital Escolar, foi, na opinião de Rómulo de Carvalho, uma «notabilíssima reforma dos estudos médicos, que representa um corte radical, sem transição, no ensino que anteriormente se processava»²¹. Mas se tal renovação, não isenta de vicissitudes, ocorreu na matriz central formadora de médicos, cirurgiões e boticários, um movimento de ascensão técnica e profissional dos cirurgiões, anterior àquele, ocorria na periferia do sistema de ensino médico-cirúrgico e farmacêutico. Os hospitais militares *de campanha* e

¹⁸ COSTA e SAINZ-TRUEVA, 1992, *Assistência médico-social na Madeira* [...].

¹⁹ COSTA, 1993, *Assistência médico-social na Madeira (breve resenha histórica)*, p. 23.

²⁰ Para o período que vai desde a reforma da Universidade de Coimbra até 1836, em especial, cf. PITA, 1996, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)* e CRESPO, 1990, *A História do Corpo*.

²¹ CARVALHO, 2008, *História do Ensino em Portugal* [...], p. 476.

de *retaguarda*, ou seja, em Portugal continental, os hospitais de fronteira e outros de uma linha mais recuada para o interior, desde a Restauração, mas sobretudo na segunda metade do século XVIII, foram responsáveis pelo desenvolvimento de um dispositivo de formação prática de cirurgiões²². Estes Reais Hospitais Militares, que foram fundados e administrados pela Ordem Hospitaleira de São João de Deus, estendiam-se desde Valença do Minho a Lagos. A sua organização e dimensão diferiam: uns tiveram regulamentos para a *Aula de Anatomia e Cirurgia*, como o de Chaves, um dos melhores e mais importantes; de outros, ficou apenas o registo da sua criação, embora também possam ser considerados locais de formação técnica e científica²³. Infelizmente, para o caso do hospital militar do Funchal, pouco ou nada se sabe e muito estará irremediavelmente perdido²⁴. Sabe-se que, até ao seu funcionamento em uma unidade própria, a partir de 1849, o hospital militar teve várias instalações provisórias, tendo antes funcionado no interior das enfermarias do Hospital da Misericórdia²⁵. Rui Carita indica dois locais onde, a partir de 1824, teria sido albergado o hospital militar, mas não inclui o antigo Convento de São Francisco, referido pelo Governador Civil Gamboa e Liz ao Ministério do Reino, em 1837: «Há somente um hospital civil no edifício denominando da Santa Casa da Misericórdia, o qual não tem a capacidade necessária para receber os militares doentes e para os quais se acha, todavia, estabelecido outro no Convento dos Franciscanos desta cidade.»²⁶ O funcionamento do hospital militar no interior do Hospital de Santa Isabel pode ter desempenhado um papel análogo ao dos Reais Hospitais Militares, e com as valências de hospital civil e militar gerido pela Santa Casa e não pela Ordem Hospitaleira de São João de Deus, que só teve presença na Madeira no início do séc. XX.

Assim, tendo em conta o papel dos hospitais militares e dos hospitais das Misericórdias, seria mais adequado falar em várias centralidades de formação e certificação, pois a noção espacial binária de centro-periferia poderá não ser totalmente precisa. De facto, se a Universidade de Coimbra era a única instituição que formava médicos, não era a única que formava ou certificava cirurgiões e boticários. Desde o séc. XVI, estes profissionais são formados nos hospitais das Misericórdias,

²² Cf. LEMOS, 1991, *História da Medicina em Portugal: Doutrinas e Instituições*, pp. 204-250. e BORGES, 2009, *Reais hospitais militares em Portugal: 1640-1834*, p. 17.

²³ Cf. BORGES, 2009, *Reais hospitais militares em Portugal: 1640-1834*, pp. 60-61.

²⁴ A excelente obra, anteriormente citada, de Augusto Borges, nada refere sobre a Madeira ou sobre os Açores.

²⁵ Cf. CARITA, 2008, *História da Madeira. O longo século XIX (1834-1910)*.

²⁶ ABM, Governo Civil, Ministério do Reino (Registo de Correspondência do), n.º 655, fl. 9v.º.

nos hospitais militares, nas boticas e numa relação de ensino-aprendizagem de tipo mesteiral, e depois certificados pelo Físico-Mor e Cirurgião-Mor do Reino²⁷. Este sistema de ensino e formação, hierárquico e descentralizado, não esteve isento de problemas, mas sobretudo não esteve isento de tensões entre as suas diversas centralidades, a que se sobrepunham as duas maiores: o poder da Universidade e o poder da Fisicatura²⁸. Um dos problemas resultantes destas tensões e interesses foi a forma como se produziram as certificações menores, por vezes, pouco clara e rigorosa. Os *cirurgiões de meia carta*, que curavam por se lhes ter sido passada uma *meia carta de cirurgia*, como António Joaquim de Azevedo, sangrador primeiro, depois cirurgião de meia carta, examinado no Funchal, em 1790, pela Junta do Protomedicato²⁹, eram alvo de crítica corrente e mordaz, à semelhança da que era endereçada à ignorância dos charlatães das categorias de então: *cirurgiões, barbeiros, sangradores, alveitares, alquimistas, mezinheiros, benzedores, parteiras, beatas, feiticeiras*, que pululavam nas zonas rurais³⁰. Os boticários que, após a reforma da Universidade, podiam aí fazer o seu curso, durante muito tempo preferiram o percurso tradicional, ou seja, a prática na botica e a submissão posterior ao exame³¹.

A criação da Real Junta do Protomedicato, em 1782, foi uma tentativa centralizadora de atenuar ou resolver o conflito entre a Universidade e o Físico-Mor e Cirurgião-Mor, cargos esses que foram extintos naquela data. Todavia, com a fuga da Corte para o Brasil, a situação voltaria a reger-se pelos cânones antigos, ou seja, apesar de a Junta do Protomedicato ter sido extinta pelo Alvará de 7 de Janeiro de 1809, na prática, as competências e funções do Físico-Mor e do Cirurgião-Mor já estavam retomadas desde o Alvará de 23 de Novembro de 1808.

O período que decorreu da transferência da Corte para o Brasil até à criação da Junta de Saúde, a 28 de Agosto de 1813, foi de alguma desorganização e pouco controle, contrastando com o que se estava a instituir no Rio de Janeiro, de onde o Físico-Mor procurava governar à distância os assuntos de saúde do Reino Unido de Portugal e do Brasil, reforçando a sua posição e, provavelmente, estabelecendo relações de poder com a Junta da Saúde, processo do qual ainda pouco se sabe³². É neste contexto que se situam as tentativas oitocentistas de criação de uma aula médico-cirúrgica no Funchal, tentativas essas de que é difícil traçar uma linha de

²⁷ Cf. ABREU, 2010, «A organização e regulação das profissões médicas [...]».

²⁸ Cf. ABREU, 2016, «A Misericórdia do Porto e os seus hospitais [...]», pp. 544-546.

²⁹ ABM, *Registo geral de documentos da Câmara* (tomo XIII), fls. 6, 6v.º e 7.

³⁰ CRESPO, 1990, *A História do Corpo*, p. 107.

³¹ Cf. PITA, 1999, «A farmácia em Portugal: de 1836 a 1921 [...]».

³² Cf. ABREU, 2010, «A organização e regulação das profissões médicas [...]», p. 119.

continuidade através dos séculos. Desde o antigo hospital, o «hospital velho», já desaparecido, onde foram incorporados os primeiros hospitais quatrocentistas existentes, o de S. Paulo e o de Nossa Senhora do Calhau³³, até ao novo, o Hospital de Santa Isabel, cujo edifício mais recente foi construído no final do séc. XVII e acabado no início do séc. XVIII, a realidade que tem escapado à investigação é a das práticas de formação de cirurgiões e boticários naquele que foi mais um dos centros formadores de cirurgiões no país, os *praticantes de cirurgia*, a par de vários outros hospitais sob a responsabilidade das Misericórdias, tendo à cabeça o Hospital Real de Todos os Santos e, depois do Terramoto, Hospital de São José, em Lisboa, e o Hospital D. Lopo de Almeida que, a partir do final do séc. XVIII, se chamará Hospital de Santo António, no Porto. Porém, muita dessa formação que decorria no interior dos hospitais estava marcada por práticas de relação mestre-discípulo, práticas essas que possuíam outras espacialidades que podiam incluir outros hospitais, inclusive os hospitais militares, e, no caso dos boticários, as boticas onde praticavam.

Assim, é também plausível que o que fora válido para toda a Época Moderna o seja ainda para as últimas quatro décadas do Antigo Regime na Madeira: no que concerne à formação, certificação e fiscalização de médicos, cirurgiões e boticários, os poderes em cena no país – Físico-Mor e Cirurgião-Mor, Universidade de Coimbra, Governadores e Capitães-Generais na Madeira e Provedores da Santa Casa – disputavam prerrogativas e sobrepunham-se amiúde.

A Aula de 1816 do Bispo e Provedor Meneses e Ataíde

Em ofício de 26 de Agosto de 1812, Frei Joaquim de Meneses e Ataíde, natural do Porto, Bispo de Meliapor, um ano após ser nomeado Vigário Apostólico do Funchal³⁴, na sequência da sua pretensão à posse do edifício do antigo Colégio dos Jesuítas para a abertura do Seminário, expressou a necessidade e conveniência da criação de uma cadeira de cirurgia, incluindo-a no seu *Plano Geral das Aulas do Seminário*³⁵. Bandeira de Figueiredo supôs ser «a primeira referência à medicina num plano estruturado de estudo no Funchal»³⁶. No entanto, seria talvez mais correcto afirmar que se tratava de um plano de estudos de *cirurgia*, tendo em conta a posição de poder da Universidade de Coimbra, a clivagem e subalternização da cirurgia à medicina e a

³³ Cf. COSTA, 1966, «Notas sobre o Hospital e a Misericórdia do Funchal».

³⁴ Cf. ALMEIDA, 1917, *História da Igreja em Portugal*, p. 530; e SILVA, 1945, *Diocese do Funchal* [...], p. 95.

³⁵ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 42, docs. 12228-12232.

³⁶ FIGUEIREDO, 1963, *Introdução à História Médica da Madeira*, p. 118.

sua tradução curricular. Embora improvável, não é possível, por agora, saber se algum outro plano existiu antes, tendo em conta que o ensino da cirurgia e da farmácia era uma realidade nos hospitais militares e das Misericórdias. Este seria, pois, o arranque dos estudos médico-cirúrgicos e farmacêuticos que ganharão organização e forma passados poucos anos.

Joaquim de Meneses e Ataíde, que conduziu os destinos da diocese do Funchal entre 1812 e 1821, foi também Provedor da Santa Casa da Misericórdia e, a 10 de Agosto de 1816, fez aprovar um *Regimento, ou Regulamento do Hospital Real de Santa Isabel da Cidade do Funchal*³⁷. Para além deste regulamento, de uns poucos ofícios e de algumas outras informações esparsas, chegou-nos apenas parte de um livro de registo de matrículas desta primeira aula médico-cirúrgica³⁸ (Anexos – Tabela 1). O *Elucidário Madeirense* fez menção desta aula médico-cirúrgica no verbete sobre a Escola Médico-Cirúrgica do Funchal e Fernando Augusto da Silva publicou um artigo no *Diário da Madeira*, em 1931, que é praticamente o texto do verbete³⁹. Em 1932, Cabral do Nascimento⁴⁰, em artigo na publicação periódica *Arquivo Histórico da Madeira*, transcreveu os nomes e outras informações à margem deles, existentes no livro do registo de matrículas. Num breve comentário, Cabral do Nascimento referiu-se ao *Elucidário* e ao artigo no *Diário da Madeira*, acrescentando apenas que a informação que estava a publicar era inédita e «encontrada no Tombo da Santa Casa (hoje Arquivo Distrital do Funchal)»⁴¹. Em 1945, na sua monografia histórica sobre a Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, Fernando Augusto da Silva nada acrescentou aos outros textos e nunca se referiu ao artigo de Cabral do Nascimento.

Este livro de matrículas foi aberto com data de 1816, as páginas foram numeradas, porém não apresenta termo de abertura, assinatura ou título. Estão registados 31 nomes: o primeiro aluno matriculou-se a 12 de Outubro de 1816 e o último a 13 de Abril de 1831. Como os termos de matrícula só ocupavam sete páginas, o livro foi reaproveitado de forma invertida, ou seja, virado de cabeça para baixo, e usado para o registo de despesa e dos despachos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia. Até 1820, a caligrafia, acentuadamente trémula, parece pertencer ao mesmo indivíduo, à excepção de duas entradas, e o enunciado do termo de matrícula segue uma mesma sucinta norma, elementos que parecem denotar uma certa continuidade

³⁷ Sem indicação de autor, o regimento ou regulamento foi mandado imprimir em 1820 em Lisboa. S.A., 1820, *Regimento, ou Regulamento do Hospital Real de Santa Isabel* [...].

³⁸ ABM, EMCFUN, Registo de matrículas dos alunos do curso de cirurgião, cx. 8, liv. 1.

³⁹ *Diário da Madeira*, 25.03.1931, ano XX, n.º 5866.

⁴⁰ NASCIMENTO, 1932, «Alunos da Aula Médico-Cirúrgica».

⁴¹ NASCIMENTO, 1932, «Alunos da Aula Médico-Cirúrgica», p. 101.

desta primeira aula. De facto, assim deve ter sido, porque, a 23 de Agosto de 1821, deu-se o encerramento da aula: a Mesa da Santa Casa deliberou que «se suspenda a Aula Médico-Cirúrgica pela pouca utilidade de que dela se segue e por os facultativos assim o resolverem, sendo sobre esta matéria consultados»⁴². Não é possível, todavia, explicar se o motivo do encerramento da aula se deveu a questões de economia, como sugeriram Fernando Augusto da Silva e Cabral do Nascimento, ou outras.

É plausível, todavia, inferir do livro de matrículas indícios de alguma continuidade das práticas formativas desta primeira aula e que poderão vir a ser considerados mais prováveis com o apoio de outras referências documentais, até que um estudo de maior amplitude se venha a realizar no futuro.

Nas observações à margem dos termos de matrícula, provavelmente escritas *a posteriori*, a expressão «saiu» poderá significar a conclusão de um tirocínio do qual não sabemos a duração ou as componentes, apesar da existência do *Regimento, ou Regulamento* do hospital. De 1816 a 1820, de nove indivíduos, seis foram registados com aquela expressão. Destes seis, um «se examinou» e outro «foi curar» para o Porto Santo. Do primeiro, Elias António Vieira, consta a assinatura e a referência «cirurgião» no histórico abaixo-assinado realizado pela Vereação da Câmara Municipal do Funchal, entre os dias 28 e 31 de Janeiro de 1821, em favor da adopção do governo liberal na Madeira⁴³. O segundo, Luís Ferreira da Luz, é referido num ofício, datado de 1 de Abril de 1827, do Governador D. Manuel de Portugal e Castro, informando acerca do requerimento do «médico» pedindo o lugar de Cirurgião-Mor do Batalhão de Artilharia Miliciania da Madeira. O ofício é acompanhado de três documentos: do comandante do batalhão do Porto Santo, do Governador do Porto Santo que, desde 1820, era o militar Cosme Damião da Cunha Fidié, e do procurador do cirurgião que, em Lisboa, em 1826, atesta que o seu representado fora «mandado para a Ilha do Porto Santo pelo Exmo. Governador Capitão General da Ilha da Madeira, a fim de evitar o contágio de febres que ali grassavam no ano de 1824»⁴⁴. O pedido de ajuda à Madeira fora feito pelo próprio Governador do Porto Santo, em 20 de Setembro de 1824⁴⁵, e a 31 de Abril de 1825 comunicava que se encontravam extintas as «febres vermelhas e esquinências» devido à intervenção do facultativo Luís Fernando da Luz que tinha ido da Madeira com medicamentos⁴⁶.

⁴² ABM, SCMFUN, Mesa (Livro 1.º dos Assentos dos Despachos da), n.º 707, fls. 74 e74v.º.

⁴³ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 23, docs. 6288-6289.

⁴⁴ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 35, doc. 10163.

⁴⁵ AHU, CU, Madeira, cx. 17, doc. 1062.

⁴⁶ AHU, CU, Madeira, cx. 20, doc. 1232.

Do cirurgião Elias António Vieira, ainda foi possível registar uma resposta da Câmara Municipal do Funchal, em 1829, a um seu requerimento para ser admitido, «na qualidade de cirurgião, a examinar, em Correição de Saúde, os víveres expostos à venda»⁴⁷. Do facultativo Luís Ferreira da Luz, registou-se ainda a existência de um ofício, de 26 de Dezembro de 1830, do Governador Álvaro da Costa de Sousa de Macedo, respondendo favoravelmente acerca do requerimento pedido «para continuar a vencer o ordenado de 15 mil reis mensais, que recebera desde 1824 pelo cofre da Real Fazenda, como cirurgião da Ilha do Porto Santo»⁴⁸. Em 1838, surgia na folha de pagamentos dos empregos públicos do Governo Civil do Funchal auferindo um salário de 180 mil reis anuais desde 1833⁴⁹.

Portanto, é possível concluir que tanto um aluno que saiu examinado, quanto o outro que apenas saiu, foram reconhecidos como cirurgiões. Provavelmente, o segundo tenha feito a sua certificação na Madeira, apesar de a distância temporal entre a saída da aula e o último requerimento citado ser de alguns anos, sendo improvável que tivesse ido ao continente examinar-se. Todavia fica por esclarecer como e onde se processavam os registos dos exames realizados no Funchal, já que eram da competência do comissário delegado do Físico-Mor e do Cirurgião-Mor, cabendo-lhes ainda fiscalizar as boticas e o comércio das drogas. Sabe-se que os comissários do Físico-Mor constituíam juntas perante as quais prestavam exames os candidatos e, na sua ausência, as câmaras municipais poderiam nomear os seus integrantes. Feito o exame e aprovado o candidato, era passada a carta de cirurgião respectiva e assentado o seu registo que, para o caso da Madeira, e para determinados períodos, era feito na Chancelaria-Mor da Corte e Reino⁵⁰.

Quanto aos professores desta primeira aula médico-cirúrgica, o *Regimento ou Regulamento* instituía no seu Título 5.º, Artigo II, que «o Mestre desta Aula será um e dos professores da Casa, que a Mesa e o Provedor julgar mais hábil, assinando-lhe ordenado competente»⁵¹. Bandeira de Figueiredo transcreveu uma carta do Provedor Joaquim de Meneses e Ataíde, de 16 de Janeiro de 1817, em que este nomeava o médico madeirense, formado em Coimbra e cirurgião-mor do Batalhão de Artilharia da Madeira, João Ângelo Curado de Meneses, e sustentou que tal carta teria passado despercebida a Fernando Augusto da Silva, que registara Luís Henriques como o

⁴⁷ ABM, CMFUN, *Registo geral de documentos da Câmara* (tomo XV), fls. 218v.º e 219.

⁴⁸ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 40, doc. 11735.

⁴⁹ ABM, Governo Civil, Ministério do Reino (Registo de Correspondência do), n.º 655, fl. 61v.º.

⁵⁰ Cf. ANTT, Chancelaria-Mor da Corte e Reino.

⁵¹ S.A., 1820, *Regimento, ou Regulamento do Hospital Real de Santa Isabel* [...], p. 10.

primeiro professor daquela aula⁵². A referida carta, que consta do *Livro Copiador de Cartas da Misericórdia do Funchal*⁵³, consta também de um requerimento, sem data, mas provavelmente de 1817, em que Curado de Meneses solicitava a confirmação como professor da «Cadeira de Medicina e Cirurgia, com a patente de Sargento-Mor e o respectivo soldo ou o vencimento anual de seiscentos mil reis»⁵⁴. O requerimento está instruído com 11 documentos, que são as públicas-formas de cartas de recomendação dos comandantes militares do Batalhão de Artilharia, do Governador Florêncio de Correia e Melo, do Provedor da Santa Casa e do boticário João Anastácio Silva Pinto, «examinador e visitador do Físico-Mor do Reino e Enfermeiro-Mor do Hospital Civil e Militar desta Ilha»⁵⁵. Curiosamente, num destes documentos⁵⁶, de Janeiro de 1817, assinado pelo Governador, pode ler-se que:

«Diz o Dr. João Ângelo Curado de Meneses que ainda que o título com que ensina Medicina e Cirurgia no Hospital seja suficiente para aquele exercício, contudo, porque ele não só explica aquela faculdade aos enfermeiros, mas a outros que não são da jurisdição do mesmo Hospital e que pertencem à imediata protecção de V. Ex.^a, necessita de ser autorizado por V. Ex.^a.»

É provável que a organização desta aula no Funchal suscitasse alguma apetência por parte dos médicos, bem como por outras aulas que porventura estivessem a ser criadas no país. Explicam-se, assim, as movimentações feitas, de 1817 a 1818, entre o Governador dos Açores, Aires Pinto de Sousa Coutinho, o Governador da Madeira, Florêncio Correia de Melo, o Físico-Mor do Reino, Manuel Vieira da Silva, e o Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito, Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar: o Governador dos Açores, em Março de 1817, opôs-se à criação de um lugar de Físico-Mor na capitania, tal como requerido por José Inácio de Sousa, médico natural da ilha do Faial e formado em Coimbra, preferindo antes a criação de uma aula de anatomia e cirurgia operatória nos hospitais militares de Angra e Ponta Delgada⁵⁷. Em Dezembro de 1817, o Governador da Madeira, Florêncio de Correia e Melo, contrariamente à pretensão de Curado de Meneses, que fora por ele endossada em Janeiro, como se mostrou acima, informa-o desfavoravelmente acerca do seu requerimento⁵⁸. Na mesma data, o Físico-Mor do Reino, desde o Rio de Janeiro, propunha ao médico funchalense Lourenço José Moniz, formado em 1815

⁵² FIGUEIREDO, 1963, *Introdução à História Médica da Madeira*, pp. 119-120.

⁵³ ABM, SCMFUN, Cartas (Livro Copiador de), n.º 140, fl. 83v.º.

⁵⁴ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 17, doc. 3994.

⁵⁵ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 17, doc. 4001.

⁵⁶ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 17, doc. 4003.

⁵⁷ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 17, doc. 4232.

⁵⁸ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 17, doc. 3994.

em Edimburgo⁵⁹, assumir a regência da cadeira de anatomia em Angra⁶⁰, oferta que o madeirense fez depender de um ordenado de seis mil cruzados por ano⁶¹ e que, provavelmente, nunca lhe fora dado e cujo lugar acabou também por nunca aceitar, pois em Setembro de 1820 requeria que se criasse a cadeira de anatomia e cirurgia no Funchal⁶².

Como se pode ver pela Tabela 1, a primeira matrícula na aula é de 12 de Outubro de 1816, imediatamente a seguir à data da aprovação do *Regimento, ou Regulamento*. Bandeira de Figueiredo sustentou que a aula só entrara em funcionamento em Janeiro de 1817, quando o Provedor da Misericórdia nomeou o professor, Curado de Meneses. No entanto, como já foi referido e como se pode ler dos documentos junto ao seu requerimento, Curado de Meneses era já, desde 1810, Cirurgião-Mor do Batalhão de Artilharia, e o seu local de trabalho era o Hospital da Misericórdia, onde os doentes militares eram tratados. Curado de Meneses era também, à altura, comissário delegado do Cirurgião-Mor, tal como o afirmara o boticário examinador e visitador do Físico-Mor, João Anastácio Silva Pinto, o que a documentação confirma⁶³. À época, também exercia no Funchal a certificação dos praticantes o comissário delegado do Físico-Mor do Reino, o médico João António Vieira⁶⁴.

Portanto, pese embora a existência de várias jurisdições, tudo se passava no mesmo local e a presença, no Funchal, de comissários delegados do Físico-Mor e do Cirurgião-Mor indiciam, inequivocamente, que os exames dos praticantes eram feitos no Hospital de Santa Isabel.

Assim, é bastante provável que certas formalidades delimitadoras de jurisdições não tivessem então a mesma vinculação ou os mesmos constrangimentos que terão mais tarde. O desfecho desfavorável do requerimento de Curado de Meneses não terá sido impedimento da continuação da sua acção de orientação dos praticantes ou

⁵⁹ MONIZ, 1815, *Dissertatio medica inauguralis, de ictero* [...]. Vários autores, desde a entrada no *Elucidário Madeirense* sobre o médico, repetem ter sido a obra publicada em Londres. Tal afirmação não é correcta porque as teses realizadas em Edimburgo eram aí mesmo publicadas pela antiga editora setecentista Neill & Co. (Cf. SHER, 2006, *The Enlightenment and the book* [...]).

⁶⁰ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 17, doc. 4231.

⁶¹ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 17, doc. 4230.

⁶² AHU, CU, MADEIRA, cx. 12, doc. 742.

⁶³ ANTT, Chancelaria Régia, Chancelaria de D. João VI, liv. 40, fls. 362v.º e 363.

⁶⁴ ABM, CMFUN, *Registo geral de documentos da Câmara* (tomo XIV), fls. 160, 160v.º e 161. Este documento atesta que foi comissário delegado do físico-mor durante três anos a contar de Agosto de 1817, mas um outro documento, em que examina o médico Diogo Luís Pestana, refere-o ainda neste cargo em 1822: cf. ANTT, Chancelaria Régia, Chancelaria de D. João VI, liv. 34, fls. 335v.º e 336. Este documento foi transcrito em ABM, CMFUN, *Registo geral de documentos da Câmara* (tomo XV), fls. 48v.º e 49.

dos enfermeiros do hospital, pois era no hospital onde ele desenvolvia a sua prática clínica. As formalidades da nomeação e da não aceitação do seu requerimento não impediu que *sáíssem* alunos – um até *se examinou* – antes e depois daqueles factos. Na opinião de Fernando Augusto da Silva, a aula teve «uma curta e inútil duração»⁶⁵. Só é possível concordar em parte com esta afirmação e com a de Bandeira de Figueiredo, quando diz que esta primeira aula «teve uma duração demasiadamente fugaz para que pudesse considerar-se de utilidade prática. Funcionou efectivamente, mas não sabemos em que medida o seu regulamento foi cumprido»⁶⁶. A utilidade prática, ainda que modesta, existiu, porque a aula funcionou, antes e depois da sua formalização; o cumprimento do *Regimento, ou Regulamento*, cuja análise não pode ser aqui feita, é de difícil aferição, posto que ligado ao quotidiano das práticas hospitalares, de que se desconhece praticamente tudo.

Bandeira de Figueiredo referenciou alguns cirurgiões e sangradores do séc. XVIII sem, no entanto, distinguir os que foram examinados na Madeira pelo comissário do Físico-Mor, ou em outras cidades do continente, dos que apenas tiveram as suas cartas registadas no Funchal⁶⁷. Revelando-se impossível e despropositado, dado o escopo temporal desta investigação, aferir os cirurgiões, boticários e barbeiros formados, certificados ou registados no Funchal, importa referir que, com base no que se conhece para o país, os números da Madeira parecem modestos quando comparados com os de Lisboa, Porto ou outras cidades, como Guimarães, Braga ou Coimbra⁶⁸. No entanto, importa menos a dimensão quantitativa da formação do que as dinâmicas desses processos de ensino, aprendizagem e certificação. No entanto, pouco ou nada se sabe sobre as comunidades de prática que existiam nos hospitais das Misericórdias e os processos de legitimação da participação periférica dos aprendizes⁶⁹. Se a regulação curricular, programática e pedagógica, mas também a regulação profissional docente, são elementos que organizarão o desenvolvimento racional de todo e qualquer ensino formal ao longo do séc. XIX e seguinte, é bastante provável que neste momento ainda perdurem, mesmo no interior do hospital, formas arcaicas de ensino e aprendizagem não formais⁷⁰. Assim, tudo indica que aqueles

⁶⁵ SILVA, 1945, *A Antiga Escola Médico-Cirúrgica do Funchal* [...], p. 7.

⁶⁶ FIGUEIREDO, 1963, *Introdução à História Médica da Madeira*, p. 120.

⁶⁷ FIGUEIREDO, 1963, *Introdução à História Médica da Madeira*, pp. 67-73.

⁶⁸ ABREU, 2016, «A Misericórdia do Porto e os seus hospitais [...]», p. 550.

⁶⁹ Cf. LAVE e WENGER, 2008, *Situated Learning. Legitimate Peripheral Participation*.

⁷⁰ Cf. ABREU, 2010, «A organização e regulação das profissões médicas [...]».

processos e dinâmicas existiram no Hospital de Santa Isabel e só a continuidade e aprofundamento da investigação os poderá esclarecer melhor⁷¹.

As Tentativas do Médico Luís Henriques para a Criação de uma Aula

Em que consistiram, exactamente, as vicissitudes por que passou aquela primeira aula médico-cirúrgica, é algo que, talvez, nunca se saiba. A inexistência de documentos que suportem as explicações possíveis não impedirá, de todo, a plausibilidade de inferências a partir de indícios indirectos de que só uma investigação mais alargada e mais aprofundada poderá ousar fazer a narrativa. As dinâmicas, como também as dificuldades, de uma instituição como a Santa Casa da Misericórdia, certamente também terão contribuído para explicar aquelas vicissitudes, bem como a sequência confusa e turbulenta dos acontecimentos que inauguraram a Revolução Liberal na Madeira. O encerramento formal desta primeira aula, a 23 de Agosto de 1821, ocorreu mais de meio ano após os acontecimentos que marcaram a adesão da Madeira à causa liberal e que só se deu a 28 de Janeiro de 1821. Neste dia, uma multidão aglomerou-se numa praça, à frente do Palácio de São Lourenço, que virá a chamar-se *da Constituição*, pressionando o Governador Sebastião Xavier Botelho, que estava em delongas para dar vivas às Cortes e ao novo governo do Reino⁷². É aí que encontraremos, como já foi referido, entre a multidão e no abaixo-assinado depositado na Câmara, o cirurgião Elias António Vieira que, em dia e ano incertos, *se examinara*, após ter frequentado a Aula Médico-Cirúrgica criada pelo Provedor Meneses e Ataíde. Aliás, a maré liberal levaria Meneses e Ataíde para o continente, mais precisamente para Elvas, devido ao seu envolvimento político e diferenças com o Governador Xavier Botelho, cujo testemunho este último deixou registado em opúsculo famoso⁷³.

⁷¹ Esta investigação deve um especial agradecimento à Prof.^a Doutora Laurinda Abreu pela troca de ideias e pela informação gentilmente cedida a partir da base de dados criada no âmbito do projecto *Decisão política, necessidades colectivas e afirmação profissional: o Hospital de Todos os Santos em perspectiva*, PTDC/HIS-HIS/113416/2009, onde estão indexados dados de cerca de 20 mil licenças para o exercício de várias profissões de saúde, em Portugal e no Ultramar. Um agradecimento especial também ao Dr. Luís Gonçalves que fez algumas recolhas de informação na base de dados sobre profissionais madeirenses.

⁷² Sobre as hesitações do governador e o contexto político, cf. RODRIGUES, 2011, «A Madeira durante o primeiro triénio liberal [...]», pp. 451-464. Para uma visão mais geral das tensões da Revolução Liberal na Madeira, cf. LOJA, 2008, *Crónica de uma Revolução* [...].

⁷³ BOTELHO, 1821, *História Verdadeira dos Acontecimentos da Ilha da Madeira*.

Baseando-se ainda no documento *Registo de matrículas dos alunos do curso de cirurgião*, de 1816, verifica-se que, após o encerramento da aula em 1821, existiu uma matrícula em 1822, com uma observação à margem, «não teve efeito», e 18 matrículas em 1825. Bandeira de Figueiredo, criticando o entendimento de Fernando Augusto da Silva, que vira uma continuidade da aula, sob a direcção do médico Luís Henriques, sustentou que aqueles registos indiciariam antes uma interrupção e, conseqüentemente, um novo início, em 1825, sob a condução do médico e provedor da Misericórdia, João Francisco de Oliveira⁷⁴.

Importa registar alguns apontamentos biográficos. Luís Henriques, natural de «Kristiania»⁷⁵, antigo nome da cidade de Oslo, na Noruega, foi criado pelo rico morgado João José Xavier de Carvalho Esmeraldo de Atouguia Bettencourt Sá Machado, futuro Conde Carvalho. A narrativa deste facto, desde Fernando Augusto da Silva a Luís Peter Clode, entre outros, está bastante marcada por elementos que lembram mais a lenda do que a crónica, sobretudo pela ausência completa de referências testemunhais: em finais do séc. XVIII, um navio norueguês teria naufragado ao largo da baía do Funchal e o jovem, de idade a rondar os 12 anos, teria ficado órfão. O futuro Conde de Carvalho, condoído pela triste situação do rapaz, acolheu-o, baptizou-o⁷⁶ e educou-o. O jovem norueguês adoptou o nome de Luís Henriques e naturalizou-se português a 22 de Dezembro de 1821⁷⁷. Formou-se em Medicina no King's College⁷⁸, em Aberdeen, Escócia, em 1816, factos que só agora são definitivamente esclarecidos, pois perduram na historiografia informações incorrectas e sobejamente repetidas. Foi médico militar, delegado na Madeira do Cirurgião-Mor e do Físico-Mor, delegado do Conselho de Saúde e primeiro presidente do Conselho da Escola Médico-Cirúrgica do Funchal. Faleceu a 18 de Julho de 1845, supostamente devido à ingestão de uma grande quantidade de ópio, facto sobejamente repetido com indisfarçável anátema. Não recebeu sacramentos «por se achar morto no dia antecedente na sua cama», escreveu o vigário na certidão de óbito⁷⁹.

⁷⁴ FIGUEIREDO, 1963, *Introdução à História Médica da Madeira*, p. 121.

⁷⁵ ABM, Paróquia de Santa Luzia, Registo de Casamentos, liv. 163, fls. 31 e 31v.º.

⁷⁶ ABM, Paróquia de São Pedro, Registo de Baptismos, liv. 108, fl. 73.

⁷⁷ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 44, doc. 12727. A referência, em vários autores, a um decreto, remete, enganadoramente, para as colecções de legislação; porém, este tipo de «decreto especial» não figura nestas compilações, sendo antes, talvez, uma provisão. Está também transcrita e registada na Câmara Municipal do Funchal a 15 de Fevereiro de 1822: cf. ABM, CMFUN, *Registo geral de documentos da Câmara* (tomo XV), fls. 16v.º e 17. O documento depositado no AHU é uma pública forma extraída a 27 de Outubro de 1824 pelo notário José Francisco de Andrade.

⁷⁸ ANDERSON, 1893, *Officers and Graduates* [...], p. 154.

⁷⁹ ABM, Paróquia da Santa Luzia, Registo de Óbitos, liv. 6, fl. 131.

Após o encerramento da primeira aula médico-cirúrgica e antes da volta de João Francisco de Oliveira a Portugal e à Madeira, Luís Henriques endereçou ao rei um requerimento pedindo para ser provido numa cadeira de cirurgia e anatomia⁸⁰. Este requerimento teve a particularidade de reunir a adesão de todas as câmaras e de todos os párocos, representando um interessante e inaudito consenso à volta das necessidades de formação de cirurgiões.

Não tendo sido, todavia, possível, até ao momento, encontrar o requerimento de Luís Henriques, muito embora existam suficientes evidências de que ele existiu, como se verá, ficam algumas dúvidas sobre se uma informação veiculada por Fernando Augusto da Silva não poderia ser uma referência equivocada ao documento em questão. Não se encontra no *Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal* uma das exposições citadas pelo autor do *Elucidário*, a primeira, quando escreveu que a Câmara do Funchal

«empregou também as mais activas diligências para atenuar os inconvenientes resultantes da falta de um curso regular de medicina e cirurgia, nomeadamente pela exposição dirigida ao governo da metrópole a 26 de Junho de 1821, em que pede a criação de uma ‘cadeira de anatomia cirúrgica’ e pela de 12 de Julho de 1823, ponderando a necessidade de estabelecer-se a mesma cadeira de ‘anatomia cirúrgica e de arte de partos’»⁸¹.

Não tendo sido encontrada a primeira das referências nos livros próprios, é de notar que a data da exposição registada por Fernando Augusto da Silva seja anterior ao encerramento formal da primeira aula médico-cirúrgica. O que ainda torna mais interessante a iniciativa é a articulação realizada entre Luís Henriques, o Governador Sebastião Xavier Botelho, as câmaras municipais e os párocos; ainda que os primeiros tenham obedecido a ordens do Governador e os segundos a ordens do Prelado Diocesano. No entanto, à falta daquele documento original, resta apenas o testemunho posterior de Luís Henriques e do Governador António Manuel de Noronha que, efectivamente, ordenou, em 1822, novas atestações às câmaras municipais acerca do estado de ausência de facultativos nos municípios. Quanto aos párocos, neste ano de 1822, a ordem terá partido do Cónego da Sé, Vigário Capitular e Provedor da Misericórdia nos anos de 1821 e 1822, João Manuel de Couto e Andrade. A cronologia possível de ser estabelecida, no momento, seria a seguinte:

⁸⁰ Não foi, todavia, possível encontrar tal documento, muito embora existam suficientes evidências de que ele existiu, como se verá adiante.

⁸¹ SILVA, 1945, *A Antiga Escola Médico-Cirúrgica do Funchal* [...], p. 11.

entre Setembro de 1819⁸² e Novembro de 1820, tivera lugar a primeira representação de Luís Henriques a Sebastião Xavier Botelho, e, segundo aquele, directamente a D. João VI, como também a comunicação do governador para o Rio de Janeiro⁸³; a 7 de Dezembro de 1820, Sebastião Xavier Botelho relembra a nomeação de Luís Henriques ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, e afirmava a necessidade de nomear um professor substituto para «a cadeira de anatomia do Funchal», propondo o nome de Nicolau Caetano de Bettencourt Pita⁸⁴; a 31 de Março de 1821, Sebastião Xavier Botelho oficiava aos «Membros da Regência do Reino de Portugal» que

«sendo da regalia deste Governo prover as Cadeiras de Ensino Público, havia eu proposto para a Cadeira de Língua Francesa, e Inglesa, mencionada no dito officio n.º 4, a Joaquim Pedro Casado Giraldes, e para Lente da Cadeira de Anatomia, Luís Henriques, tendo por seu substituto o Dr. Nicolau Caetano Pita, suprimindo-se a Cadeira de Teologia Moral, por supérflua»⁸⁵.

A 26 de Abril de 1821, D. João VI regressava a Portugal e, em Julho do mesmo ano, Sebastião Xavier Botelho seria substituído por D. Rodrigo António de Melo, que será governador por pouco tempo, sendo rendido por António Manuel de Noronha, que foi o responsável militar da Madeira de 1822 até ao movimento da Vilafrancada, quando foi substituído por D. Manuel de Portugal e Castro.

A 9 de Setembro de 1822, António Manuel de Noronha enviava um officio endereçado ao Ministro do Reino, Filipe Ferreira de Araújo e Castro, que acompanhava o *Projecto de uma Escola Médico-Cirúrgica no Hospital Nacional e Real da Província da Madeira*, redigido por Nicolau Caetano de Bettencourt Pita, e todos os documentos das câmaras e dos párcos. Aí afirmava que

«foi-me apresentado um requerimento do Doutor Luís Henriques, único cirurgião nesta Província, em que me representa ter sido ele proposto para uma Cadeira de Anatomia e Cirurgia pelo meu antecessor, Sebastião Xavier Botelho, cujo officio a trasladação da Corte do Rio de Janeiro para Lisboa fez com que talvez se não atendesse à necessidade daquele útil e benéfico estabelecimento. Convencido da sua utilidade, ordenei que as Câmara informassem, e sendo-me presentes os informes, assim como os dos Párcos, que o requerente apresenta por ordem de S. Ex.^a Rev.^{ma}. Como se vê dos documentos juntos,

⁸² Entre 19 de Agosto e 7 de Setembro de 1819, Sebastião Xavier Botelho percorreu a Madeira, acompanhado do Brigadeiro Jorge Frederico Lecor e do Tenente Coronel Engenheiro Paulo Dias de Almeida, para inteirar-se da situação geral da ilha. Cf. AHU, CU, Madeira-CA, cx. 20, doc. 4697.

⁸³ ANTT, Ministério do Reino, mç. 498, *Processo sobre o estabelecimento de uma escola médico-cirúrgica na ilha da Madeira (Setembro de 1822)*, doc. n.º 65.

⁸⁴ AHU, CU, MADEIRA-CA, cx. 22, doc. 6236. O mesmo documento também se encontra referenciado em ABM, Governo Civil, Cartas Régias (Registos de), n.º 204, fls. 25 e 25v.º.

⁸⁵ ANTT, Ministério do Reino, mç. 498, *Processo sobre o estabelecimento de uma escola médico-cirúrgica na ilha da Madeira (Setembro de 1822)*, doc. n.º 65.

foi-me apresentado outro documento, do Doutor Nicolau Caetano Bettencourt Pita, em que igualmente me representa ter ele sido proposto pelo meu antecessor para substituto daquela Cadeira.»⁸⁶

Neste ofício, os documentos das câmaras e dos párocos estão datados e medeiam entre Junho e Agosto de 1822. Um documento é anterior a essa data: uma declaração de 1818, reconhecida pelo notário José da Costa Leal, do médico João António Vieira, «juiz comissário do Físico-Mor do Reino nesta Ilha da Madeira, e Açores, e médico do Hospital Real desta Cidade», em que atesta ser Luís Henriques «o único cirurgião operário que actualmente aqui existe mais hábil não só por sua idade, e destreza, como pelos muitos conhecimentos que possui na sua profissão»⁸⁷.

Estes documentos foram coligidos, para que fossem levados ao ministro, acompanhados do devido parecer, datado de 25 de Setembro de 1822, e elaborado por um alto funcionário do Ministério do Reino, João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett. Para além do parecer em si, ressalta, dentre as notas à margem, uma última que carrega um anátema ferido de preconceito e falta de conhecimento. Disse o jovem Almeida Garrett:

«P.S. Sobre o provimento das cadeiras propostas lembro a V. Ex.^a que os requerentes são todos Doutores feitos em Inglaterra e França, e que por conseguinte compraram talvez (como muitos que eu conheço) as suas cartas por módicos preços e mais módica aplicação de 2 e 3 anos quando os nossos em Coimbra gastam 8 só para serem Bacharéis; e destes há um sem número que de bom grado iriam para a Madeira e com tanto mais proveito quanto acostumados a um ensino regular, e metódico, melhores mestres seriam do que os tais DDrS estrangeiros.»⁸⁸

Vários meses depois, em 1823, Luís Henriques voltava a endereçar ao rei uma representação «sobre a criação de uma aula anatómico-cirúrgica, onde se instruissem as pessoas que vão assistir a humanidade enferma nestas freguesias longínquas, onde não há facultativos, e a maior parte das pessoas não têm meios de os poderem chamar.»⁸⁹ Assim se expressou ele em ofício datado de 15 de Janeiro de 1823 ao Governador António Manuel de Noronha, que juntou, àquele ofício do médico, um seu, datado de 10 de Fevereiro de 1823. Neste ofício, dizia ele que levaria

⁸⁶ ANTT, Ministério do Reino, mç. 498, *Processo sobre o estabelecimento de uma escola médico-cirúrgica na ilha da Madeira (Setembro de 1822)*, doc. n.º 65.

⁸⁷ ANTT, Ministério do Reino, mç. 498, *Processo sobre o estabelecimento de uma escola médico-cirúrgica na ilha da Madeira (Setembro de 1822)*, doc. n.º 65.

⁸⁸ ANTT, Ministério do Reino, mç. 498, *Processo sobre o estabelecimento de uma escola médico-cirúrgica na ilha da Madeira (Setembro de 1822)*, doc. n.º 65.

⁸⁹ ANTT, Ministério do Reino, mç. 498, *Processo sobre o estabelecimento de uma escola médico-cirúrgica na ilha da Madeira (Setembro de 1822)*, doc. n.º 65.

«há tempos, um requerimento de Luís Henriques, em que pedia para ser provido numa cadeira de cirurgia e anatomia, de que muito se precisava nesta Província: requerimento que ia acompanhado de atestações de todas as comarcas, e igualmente de todos os párocos, em favor da criação da mencionada cadeira.»⁹⁰

António Manuel de Noronha justificava a presente insistência com a actual demanda de Luís Henriques e com o facto de «não [ter] havido resultado, até ao presente, sobre [aquela] pretensão».

Naquele ano de 1823, a 6 de Dezembro, Luís Henriques conseguira o registo da sua carta de médico de partido da Câmara, «por se achar vago o lugar de um dos médicos»⁹¹. Antes, a 7 de Junho, e não a 12 de Julho como escreveu Fernando Augusto da Silva, a Câmara enviara uma *Representação sobre a criação de uma Cadeira Anatómica nesta Cidade*. Nesta representação, é feita alusão a uma outra, «de todas as Câmaras, e Párocos, desta Província, já em outro tempo dirigida a El-Rei»⁹², provavelmente a primeira referida por Fernando Augusto da Silva, e provavelmente também a de Luís Henriques, não se sabendo, porém, se seria a iniciativa coadjuvada por Sebastião Xavier Botelho ou a reafirmada por António Manuel de Noronha, como já referido. As justificações de tais pedidos, «triste verdade esta evidenciada», como se expressava o relator camarário, seguem um eixo retórico comum que vinca a pobreza das populações rurais, a distância e a dificuldade de acesso à capital e a nefasta, e não raras vezes fatal, influência de mezinheiros e curandeiros.

A falta de resposta do Ministério do Reino motivou um ofício de um outro governador, D. Manuel de Portugal e Castro, datado de 4 de Setembro de 1824, a Manuel Inácio Martins Pamplona Corte Real, Conde de Subserra, pedindo para estabelecer no hospital da cidade uma «Aula de Cirurgia Operatória» e propondo para professor,

«com o ordenado de quatrocentos mil réis, o menor que pode competir-lhe, Luís Henriques, Doutor em Medicina pela Universidade de Edimburgo, membro efectivo do Real Colégio de Cirurgia de Londres e Cirurgião operário do hospital desta Cidade, cujo préstimo e habilidade são aqui geralmente reconhecidos pelas difíceis e delicadas operações, com que tem salvado a muitos»⁹³.

Poucos dias antes, a 20 de Agosto, ao oficiar um requerimento de um soldado que pedia dispensa para frequentar as aulas de cirurgia, o Governador vincava «a necessidade de promover e animar os estudos cirúrgicos nesta Capitania, como com

⁹⁰ ANTT, Ministério do Reino, mç. 498, *Processo sobre o estabelecimento de uma escola médico-cirúrgica na ilha da Madeira (Setembro de 1822)*, doc. n.º 65.

⁹¹ ABM, CMFUN, *Registo geral de documentos da Câmara* (tomo XV), fls. 116, 116v.º.

⁹² ABM, CMFUN, *Registo geral de documentos da Câmara* (tomo XV), fls. 86, 86v.º.

⁹³ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 29, doc. 7870.

mais extensão farei ver a V. Ex.^a»⁹⁴. A 16 de Março de 1825, o Governador D. Manuel de Portugal e Castro respondeu a uma interpelação do Ministério do Reino datada de 24 de Novembro de 1824, que vinha na sequência do seu ofício de 4 de Setembro do mesmo ano, acerca de alguns pontos, cujo teor pode assim ser resumido: pede o ministro que o governador esclareça que incentivos poderão ter os jovens para cursar a aula, que condições de sustento futuro terão, que condições o hospital fornece para a sua aprendizagem, que condições teriam as Câmaras para, em alternativa, custear o envio dos jovens a Lisboa para se formarem⁹⁵. Como facilmente se perceberá, está formulada pelo Ministério do Reino toda uma preocupação de política pública de educação, embora enunciada contraditoriamente, ou seja, por um lado, está subtilmente demandado às instâncias e aos poderes subsidiários – Governador Militar, Misericórdia e Câmara Municipal – que garantam um processo em que o poder central participe com a parte do salário dos professores, posto que é este o principal elemento de despesa pública, o que revelaria uma atitude, dir-se-ia hoje, de reconhecimento da autonomia regional; por outro, porém, tendo em conta as competências dos governadores e a dependência económica das Misericórdias e das Câmaras Municipais, a ênfase na formação realizada em Lisboa denotaria uma característica centralizadora.

De qualquer forma, a resposta do governador é assertiva em relação a todos os pontos: a urgência da aula justifica-se pela enorme carência e pelos sofrimentos causados pelas enfermidades; os incentivos que os alunos terão no futuro para uma «cómoda subsistência» são proporcionais aos problemas e necessidades existentes; o hospital é o único que serve o termo da cidade, de «vinte cinco mil a vinte seis mil almas», e o resto da capitania, de «noventa a cem mil almas», sem contar com «o grande número de estrangeiros que a procuram, ou por motivos do seu comércio ou com o fim de restabelecerem a sua saúde»; factos que permitem ao governador concluir que «se não pode reçar a falta das sobreditas ocasiões [para se praticarem as grandes operações de cirurgia], pelo menos durante o tempo de meu governo não têm elas faltado.»⁹⁶ Quanto à proposta de as câmaras custearem a formação dos jovens em Lisboa, a evidência da sua penúria, em que «todas estão endividadas de maneira que nem podem satisfazer os encargos que lhes são anexos», não necessitou de maiores explicações.

⁹⁴ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 28, doc. 7848.

⁹⁵ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 32, doc. 9061.

⁹⁶ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 30, doc. 8291.

Nenhuma das representações anteriores teve as consequências almejadas. A questão da delimitação de jurisdições e a ascendência ou precedência de umas sobre as outras, as interpretações pessoais, os orgulhos e as vaidades, as clivagens políticas num momento de transformação e os interesses pecuniários por lugares que garantiam bons ordenados, certamente contribuíram para que a situação não se resolvesse e se arrastasse. Provavelmente, uma tal ausência de resposta aos anseios da população madeirense tenha decorrido de acordos e decisões tomadas nos bastidores do novo poder instituído, o parlamento, ou junto do rei. Sabe-se que os debates parlamentares das Cortes Gerais e Extraordinárias, de 1821 e 1822, no âmbito da elaboração de um *Regulamento Geral de Saúde Pública*, foram intensos, porém infrutíferos, e que existiu uma enorme quantidade de petições populares, enviadas de todas as partes do reino, exigindo as mais variadas medidas em termos de saúde e assistência⁹⁷. No entanto, como se verá, parece ter sido determinante a influência de João Francisco de Oliveira sobre D. João VI, denegrindo Luís Henriques e secundarizando-o em relação aos seus homens de confiança, oriundos de Lisboa, como se verá.

A Aula de 1825 do Médico João Francisco de Oliveira

Certo é que em Junho de 1825 foi criada a Real Escola de Cirurgia, em Lisboa⁹⁸ e no Porto⁹⁹, e esta iniciativa teve repercussões na Madeira. Em 30 de Dezembro do mesmo ano, um ofício¹⁰⁰ de Manuel José Maria da Costa e Sá, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, dirigido ao Ministro da Marinha, Joaquim José Monteiro Torres, informava acerca do estabelecimento de uma «Aula de Cirurgia» no Funchal e acerca do respectivo plano¹⁰¹, que fora elaborado e oferecido por João Francisco de Oliveira, Provedor da Misericórdia do Funchal desde 1824.

João Francisco de Oliveira nasceu no Funchal a 9 de Março de 1761 no seio de uma família abastada. Foi médico formado na Universidade de Coimbra em 1785¹⁰²

⁹⁷ Cf. ABREU, 2017, «Saúde pública nas Constituintes (1821-1822) [...]», pp. 5-38.

⁹⁸ GARNEL, 2013, «Da Régia Escola de Cirurgia à Faculdade de Medicina [...]», pp. 538-650.

⁹⁹ FERRAZ, 2013, *A Real Escola e a Escola Médico-Cirúrgica do Porto*[...].

¹⁰⁰ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 32, doc. 9058.

¹⁰¹ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 32, doc. 9059 e AHU, CU, Madeira-CA, cx. 32, doc. 9062. O primeiro documento está escrito e assinado por João Francisco de Oliveira; o segundo documento não está assinado e parece ser uma cópia.

¹⁰² AUC, Índice de alunos da Universidade de Coimbra, *João Francisco de Oliveira Alves*, disponível em <https://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=144912>.

e professor da Faculdade de Medicina, onde parece não ter leccionado porque não consta ter recebido qualquer vencimento¹⁰³. Em 1794, integrou a Junta do Protomedicato, criada em 1782, embora não se saiba ao certo quando e ainda figurava como deputado à Junta em 1799. Foi nomeado Médico da Câmara Real¹⁰⁴ e, em 1797, foi conduzido ao cargo de Físico-Mor do Exército¹⁰⁵, tendo sido, provavelmente, o autor de um novo regulamento para os hospitais militares, instituído em 1805¹⁰⁶, apesar de ter deixado o país, rumo aos Estados Unidos da América¹⁰⁷, em 1803, por causa de um escandaloso caso amoroso na Corte, nunca cabalmente esclarecido¹⁰⁸. Após 1820, João Francisco de Oliveira, ilibado do crime que supostamente cometera, passou pela carreira diplomática em Londres e Paris, regressou a Portugal em 1822, tendo assumido um lugar em representação da Madeira na Câmara dos Deputados. Em 1823, substituiu o Reverendo Gregório Nazianzeno Medina e Vasconcelos como Provedor da Misericórdia do Funchal, cargo que ocupará até 1825¹⁰⁹. Faleceu em 1829.

João Francisco de Oliveira, no seu plano, manuscrito, não fala em «Aula de Cirurgia», mas sim em «Escola de Cirurgia». É dirigido ao próprio rei D. João VI, com quem o médico madeirense possuía uma relação antiga e de grande cumplicidade, como o escândalo amoroso na Corte e os seus desenvolvimentos posteriores são prova inequívoca. Fernando Augusto da Silva referiu-se a este documento como um «desenvolvido plano de estudos, devidamente fundamentado»¹¹⁰. Bandeira de Figueiredo adjectivou de «notável» o «projecto de ensino» de João Francisco de Oliveira¹¹¹. A verdade é que é um modesto plano, ou projecto de ensino, ou regulamento para a escola, sobretudo quando comparado com o *Regimento, ou Regulamento do Hospital Real de Santa Isabel*, nos 19 pontos do seu título V, «Da Aula Médico-Cirúrgica»; e bem mais modesto também se comparado com o *Regulamento para a Régia Escola de Cirurgia* de 25 de Junho de 1825¹¹². Comparado com o plano,

¹⁰³ RODRIGUES, 1992, *Memoria professorum universitatis conimbrigensis 1772-1937*.

¹⁰⁴ ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Maria I, liv. 22, fl. 15v.º.

¹⁰⁵ ANTT, Condes de Linhares, *Cópia da carta régia nomeando João Francisco de Oliveira físico-mor do exército*, mç. 5, doc. 54.

¹⁰⁶ Assembleia da República, Legislação Régia, Alvará de 27 de Março de 1805, disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/11/24/p337>.

¹⁰⁷ BALBI, 1822, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, vol. 2, p. LXX.

¹⁰⁸ O caso está descrito em PIMENTEL, 1893, *A ultima Corte do absolutismo em Portugal*. Foi retomado por CARVALHO, 1917, *Médicos e Curandeiros* e por um autor anónimo, A., 1950, «O Ilustre Conselheiro João Francisco de Oliveira».

¹⁰⁹ COSTA, 1966, «Notas sobre o Hospital e a Misericórdia do Funchal», p. 235.

¹¹⁰ SILVA, 1945, *A Antiga Escola Médico-Cirúrgica do Funchal* [...], p. 10.

¹¹¹ FIGUEIREDO, 1963, *Introdução à História Médica da Madeira*, p. 121.

¹¹² *Gazeta de Lisboa*, 4 de Julho de 1825, n.º 154 (suplemento), pp. 641-644.

supostamente, embora provavelmente, atribuído a Luís Henriques, não se vislumbram diferenças significativas, pois ambos parecem ter sido gizados sob uma qualquer premência.

Com efeito, desconhecendo-se que regimento ou regulamento estaria em vigor no hospital em 1825, o plano de João Francisco de Oliveira poderia até ser redundante. É curioso o facto de fazer-se acompanhar, como ilustração da situação vivida na ilha, de um exemplar, de 8 de Agosto de 1821, do primeiro periódico publicado na Madeira, *O Patriota Funchalense*¹¹³, dirigido por Nicolau Caetano Bettencourt Pita, que provavelmente também assina, como redator, o comentário ao artigo em destaque, escrito sob o pseudónimo *Estrela do Norte*.

Comparando-se ainda o documento com o *Regulamento para os Hospitais Militares*¹¹⁴, provavelmente da autoria do próprio João Francisco de Oliveira, ou com o projecto de *Regulamento Geral de Saúde Pública*¹¹⁵, de Francisco Soares Franco, é possível conjecturar que o simplismo do documento poderia dever-se ao entendimento que o autor teria do carácter secundário de uma tal escola *de cirurgia* ou ao carácter provisório de um tal plano, até que um novo regimento ou regulamento fosse elaborado. Relembre-se, aliás, que João Francisco de Oliveira era o Provedor da Santa Casa, o que torna ainda mais estranho o facto de que o seu plano não tenha pretendido substituir, em profundidade e por direito, o do Provedor Meneses e Ataíde. Desconhece-se quanto tempo vigorou o regimento de Meneses e Ataíde antes dos regulamentos de 1834 e de 1844¹¹⁶.

Neste seu plano, dirigido directamente a D. João VI, João Francisco de Oliveira explicava os motivos que, no seu entender, deveriam fazer preterir Luís Henriques. Apesar de longa, é justificada a transcrição.

«Parecerá talvez estranho que eu tenha a honra de propor a V. M. I. e R. para o ensino de operações cirúrgicas o Cirurgião José Inácio do Nascimento em lugar de Luís Henriques, o qual, bem que readmitido a cirurgião daquele hospital, fora dele excluído, por motivos assaz graves, e atendíveis.

¹¹³ *O Patriota Funchalense*, n.º 11, vol. I, 08.08.1821. O jornal tem um artigo longo, de página e meia, acerca do problema da necessidade da formação de cirurgiões e do problema dos curandeiros nos campos. É assinado sob o pseudónimo de *Estrela do Norte*. Uma resposta ou comentário, no mesmo número, foi escrita pelo redator, que era também o proprietário, o médico formado em Edimburgo, Nicolau Caetano de Bettencourt Pita.

¹¹⁴ AHM, *Regulamento para os Hospitais Militares de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor, tanto em tempo de paz, como em tempo de guerra*, 1805.

¹¹⁵ Cf. OLIVEIRA, 1992, *A saúde pública no vintismo: estudo e documentos*.

¹¹⁶ Cf. *Regimento do Hospital Nacional e Real de Santa Isabel da Cidade do Funchal, província da Madeira, Ano de 1834*; e *Projecto de Regulamento para a Santa Casa da Misericórdia, e seu Hospital denominado de Santa Isabel da Cidade do Funchal no Ano de 1844*.

As minhas razões são as seguintes.

1.^a O conhecimento prático, que tenho, que para viver em corporações, é necessário, além dos conhecimentos científicos, um carácter sisudo e oposto a intrigas; caso em que não está o cirurgião Luís Henriques.

2.^a Porque, não convém, que seja envolvido em prática numerosa, como Luís Henriques, mais médica do que cirúrgica: porque em tal caso, as doutrinas serão ensinadas perfunctoriamente, a não ser o Lente senhor do seu tempo, para cumprir exactamente, a uma hora determinada e inalterável, com o ensino de que está encarregado, que deve ser impreterível.

Este grande inconveniente se afere na cidade do Funchal; onde se há conferido o encargo de Professores de humanidades a Letrados, e a Médicos, que regularmente faltam ao essencial de seus deveres, que é o aproveitamento dos seus discípulos.

3.^a Porque nas circunstâncias da criação de qualquer curso científico, é essencial excluir a heterogeneidade de princípios e sistema de doutrinas; e não menos toda e qualquer pessoa, que arrogando a si pretensões não merecidas assim possa detrair no carácter de seus colegas, desgastá-los, desuni-los, e criando zizania [cizânia] entre os discípulos, deslisá-los da cooperação à ordem e disciplina estrita e inalterável que é essencial razão porque, segundo minha observação, me persuado não ser qualificado para a obtenção daquele grande objecto; até mesmo por ser estrangeiro / Prussiano de origem / acidente que para comigo é sempre muito atendível, havendo nacionais de igual mérito, como os há, com docilidade, morigeração, e subordinação à Lei, à qual o dito Luís Henriques tem muitas vezes faltado, com grande quebra do respeito que se deve à Mesa da Santa Casa da Misericórdia, e ao decoro e disciplina do estabelecimento.»¹¹⁷

Não foi possível, todavia, descortinar a que episódio de exclusão do ofício médico no Hospital de Santa Isabel se refere João Francisco de Oliveira, não sendo também de todo possível avaliar a crítica ao carácter de Luís Henriques. No entanto, quanto à justificação profissional, que remete para o antigo conflito entre a medicina e a cirurgia e para a ascendência da primeira, João Francisco de Oliveira inverte a realidade do tirocínio passado de Luís Henriques e faz de um cirurgião, com muitos anos de experiência prática, médico, e médico ocupado; ou seja, atribui-lhe a tradicional atitude teórica dos médicos como inapropriada para uma escola daquele cariz. Por fim, há uma justificação de tipo curricular que valoriza a homogeneidade teórica que, supostamente, faltaria a Luís Henriques. Pareceria a João Francisco de Oliveira que a heterogeneidade de doutrinas, de conhecimentos e de práticas seria indesejável. Na verdade, foi nesse sentido o desenvolvimento posterior da medicina no séc. XIX, antes da sua definitiva cientificação, quando um ecletismo de base empirista rompera com os sistemas metafísicos e filosóficos médicos. Portanto, Luís

¹¹⁷ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 32, doc. 9059.

Henriques, por se arrogar «pretensões não merecidas», inocularia a discórdia entre colegas e discípulos. Por fim, era estrangeiro.

Bandeira de Figueiredo escusou-se a tecer mais comentários sobre o plano da escola de cirurgia de João Francisco de Oliveira «porquanto ele não teve efectivação»¹¹⁸. É sintomático que nem Fernando Augusto da Silva, nem Bandeira de Figueiredo tenham tecido quaisquer comentários sobre a crítica de João Francisco de Oliveira a Luís Henriques: ou não leram o documento, o que parece improvável, ou recalçaram o conflito, o que revela uma parcialidade na escrita da história que, aliás, não é caso único.

Uma leitura mais atenta do plano permite inferir indícios de práticas formativas e de certificação anteriores à institucionalização da aula e que, provavelmente, teriam existido também depois. João Francisco de Oliveira indicou no seu plano que os três facultativos responsáveis pela aula seriam Joaquim de Oliveira Simões, «Enfermeiro Geral e Cirurgião do Banco»; José Inácio do Nascimento, «que já serviu de demonstrador de anatomia no Hospital de S. José»¹¹⁹; e Lourenço José Moniz, «médico residente na cidade.» O primeiro, natural de Leiria, obtivera carta de cirurgião a 8 de Outubro de 1824, tendo sido examinado no Hospital de S. José¹²⁰ e, em 9 de Novembro de 1825, um ofício do Governador D. Manuel de Portugal e Castro informa o ministro de um requerimento do «Cirurgião do Hospital Civil do Funchal», pedindo a criação de uma «Aula de Cirurgia Anatómica», da qual seria ele o professor, com um ordenado anual de 400 mil réis¹²¹. O requerimento está instruído com cinco documentos e públicas-formas atestadores da qualidade do requerente, sendo que a primeira está assinada por João Francisco de Oliveira. Escreveu este que Joaquim de Oliveira Simões foi

«chamado pela Mesa da Santa Casa [...] para preencher o lugar de Cirurgião do Hospital [...] onde se tem prestado gratuitamente ao ensino da Anatomia e da Cirurgia, explicando à cabeceira dos doentes as diferentes moléstias do foro cirúrgico aos seus discípulos, assim como fazendo-lhes exames públicos com os mais hábeis médicos da Madeira (o que antigamente jamais se havia praticado), os quais sempre os tem aprovado, admirando os seus progressos, visto que tendo havido no mesmo Hospital em outro tempo uma Aula sobre a mesma ciência, nunca dera nem tão hábeis discípulos, nem se procedera com tanta regularidade no seu ensino.»¹²²

¹¹⁸ FIGUEIREDO, 1963, *Introdução à História Médica da Madeira*, p. 122.

¹¹⁹ Nada se conseguiu apurar sobre este cirurgião.

¹²⁰ ANTT, Chancelaria Régia, Chancelaria de D. João VI, liv. 34, fls. 335v.º e 336.

¹²¹ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 31, doc. 8984.

¹²² AHU, CU, Madeira-CA, cx. 31, doc. 8985.

Ora, a despeito das claras intenções perlocutórias da missiva e do pouco tempo que Joaquim de Oliveira Simões pudesse ter estado no Funchal após ser examinado em 1824, ou seja, mais ou menos um ano, e independentemente da efectividade da situação, a narrativa revela pelo menos duas coisas: que a existência de práticas formativas era relativamente independente da institucionalização da aula; que os processos certificadores eram realizados no Funchal e poderiam até ser passíveis de alguma inovação com vista à melhoria da qualidade do ensino. Como já foi afirmado, só o aprofundar da investigação poderá aferir aquilo que parece plausível inferir.

O Relatório de Luís Henriques de 1826 ou 1827

O destino da aula de João Francisco de Oliveira, ou mesmo o seu fracasso, só poderá ser compreendido na intersecção de processos ainda mal conhecidos ou mesmo desconhecidos: da teia dos poderes e dos protagonistas na Madeira, desde a Vilafrancada à subida ao trono de D. Miguel, do papel da Maçonaria, dos interesses e lutas pelo poder na Misericórdia do Funchal.

Quanto à Misericórdia, desde o final do séc. XVIII que enfrentava muitos problemas de gestão. Em 1774, o Governador João António de Sá Pereira informava o Ministério do Reino acerca da má administração da instituição, dos desvios de rendimentos e das arbitrariedades cometidas pelos integrantes da Mesa¹²³. Em 1815, o Governador Florêncio Correia de Melo dera notícia acerca do péssimo estado em que se encontrava o hospital devido às administrações passadas¹²⁴. Em Janeiro de 1827, o médico Curado de Meneses pediu ao Governador D. Manuel de Portugal e Castro providências contra os abusos e arbitrariedades dos mesários da Santa Casa¹²⁵.

É neste contexto, na antecâmara da capitulação do regime constitucional, que surge uma espécie de relatório de melhoramentos do Hospital de Santa Isabel, concebido por Luís Henriques. Era provedor da Santa Casa o Governador D. Manuel de Portugal e Castro, não sendo possível por agora identificar em que mês este assumiu a Provedoria entre os anos de 1826 e 1827. Tudo aponta para que seja deste período o alvitre que o médico Luís Henriques fez por solicitação da Mesa. O documento não está datado, não é muito extenso, ainda assim é maior do que o plano de João Francisco de Oliveira. Em 1932, Cabral do Nascimento chamou-lhe «interessante

¹²³ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 3, doc. 434.

¹²⁴ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 16, docs. 3697-3698.

¹²⁵ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 34, docs. 9927-9929.

documento» e transcreveu-o integralmente, fazendo apenas um breve apontamento inicial sobre a possível datação, afirmando que não poderia ser posterior a 1839, e sobre duas referências no texto, não nomeadas¹²⁶. O *Elucidário* de Fernando Augusto da Silva não o cita. Bandeira de Figueiredo publicou em fac-símile as quatro páginas do texto e apelidou-o de «curiosíssimo documento», qualificando o seu autor como sendo de um «espírito áspero e hiper crítico» e não fazendo mais comentários para além de afirmar que a aula de Luís Henriques, posterior a 1821, «não chegou a ter existência»¹²⁷.

A possibilidade de o relatório de Luís Henriques ser de 1826 reside em informações presentes no próprio documento, já identificadas por Cabral do Nascimento e Bandeira de Figueiredo, e em outras, só agora conhecidas, que derivam de elementos biográficos do seu autor. Luís Henriques foi baptizado na Igreja de São Pedro, em 1806¹²⁸, tendo à altura «pouco mais ou menos de treze anos». Casou-se em 1814¹²⁹ e graduou-se em Aberdeen em 1816¹³⁰. No fim do seu relatório afirmou:

«Eu prometo em dois ou três meses fazer um regulamento e oferecê-lo a essa Ilustre Mesa, não tirando de outros, mas tudo meu, aprendido em dezanove anos de Hospital, servindo oito anos de praticante, que bem à minha custa aprendi todos os abusos que nestes estabelecimentos há.»¹³¹

É surpreendente que esta frase do último parágrafo tenha passado despercebida a Cabral do Nascimento e Bandeira de Figueiredo. No entanto, sem o acesso a outras informações, não lhes seria possível datar o documento. Ora, em 1807, Luís Henriques «começou a atender a enfermaria militar» do Batalhão de Artilharia, e, antes, em 1806, fora nomeado ajudante do Capitão Cirurgião-Mor de Artilharia e Delegado do Cirurgião-Mor do Reino, João Ângelo Curado de Meneses¹³². Portanto, os oito anos de praticante que refere terão de se estender de 1806-1807 até à sua certificação em 1816, não se sabendo quando foi para Aberdeen. Os 19 anos de hospital que refere, se contados a partir de 1807, situam o documento em 1826. O rigor aritmético de uma contagem a partir de 1806 ou 1807 não parece ser determinante, pois faz todo o sentido que a solicitação que fora endereçada a Luís Henriques pela Mesa da Santa

¹²⁶ NASCIMENTO, 1932, «Relatório do Dr. Luis Henriques [...]», pp. 42-45.

¹²⁷ FIGUEIREDO, 1963, *Introdução à História Médica da Madeira*, pp. 120-121.

¹²⁸ ABM, Paróquia de São Pedro, Registo de Baptismos, liv. 108, fl. 73.

¹²⁹ ABM, Paróquia de Santa Luzia, Registo de Casamentos, liv. 163, fls. 31 e 31v.º.

¹³⁰ ANDERSON, 1893, *Officers and Graduates [...]*, p. 154.

¹³¹ ABM, EMCFUN, *Plano de reorganização do Hospital anexo à Santa Casa da Misericórdia do Funchal elaborado pelo Dr. Luís Henriques, doutor em Medicina e cirurgião do Hospital*, cx. 1, cap. 5.

¹³² AHU, CU, Madeira, *Requerimento de Luís Henriques em que solicita o lugar de Físico-Mor na Madeira*, cx. 30, doc. 1909.

Casa, a que ele acedeu, «apesar de as [suas] forças serem fracas», tenha sido feita por quem, antes, entre 1824 e 1825, havia intermediado a sua pretensão à aula médico-cirúrgica, ou seja, pelo Governador D. Manuel Portugal e Castro, que era Provedor da Misericórdia em 1826, e não por João Francisco de Oliveira, que foi provedor em 1824 e 1825, e que ultrapassou a pretensão de Luís Henriques à direcção da aula, como já foi demonstrado. Fica, todavia, em aberto, até novas investigações, a plausibilidade de o relatório ser do ano de 1827, em que o Provedor era João José Bettencourt de Freitas e Meneses. O que parece improvável é que o documento seja de 1825, ou anterior a esta data, ou posterior a 1827.

Mais uma vez, será preciso pedir escusa pelo não tratamento deste relatório que, a par de outros, será numa outra ocasião analisado e comparado. De qualquer forma, a opinião que agora é possível sustentar radica na percepção de que o referido relatório revela, claramente, uma grande experiência do contexto e das práticas hospitalares. Como uma nota adicional, é preciso vincar um aspecto que revela um desajustamento em relação à realidade ou, no limite, um entendimento precoce a respeito das funções de um hospital: ao contrário do que afirmou, criticamente, Luís Henriques, os hospitais servirão, durante os seguintes quase cem anos, para «engordar gente»¹³³, ou seja, o seu carácter assistencial sobrepor-se-á ao seu desiderato terapêutico *strictu sensu*.

O Destino de Alguns Alunos da Aula de 1825

Aqueles dois homens, Luís Henriques e João Francisco de Oliveira, possuíram posições e influências bastante distintas na sociedade madeirense, que podem explicar muito do sucesso ou do fracasso dos seus projectos. A questão da descontinuidade da aula e, de forma mais relevante, da continuidade de processos formativos e de certificação, remete para o papel daqueles protagonistas: João Francisco de Oliveira teve uma passagem muito curta pela prática no hospital, entre 1823 e 1825, e morreu em 1829; Luís Henriques, pelo contrário, tem um longo tirocínio dentro do Hospital da Misericórdia, primeiro como ajudante do Cirurgião-Mor, João Ângelo Curado de Meneses, depois como cirurgião operário do hospital e médico do hospital militar, a partir de 1824.

¹³³ ABM, EMCFUN, *Plano de reorganização do Hospital anexo à Santa Casa da Misericórdia do Funchal elaborado pelo Dr. Luís Henriques, doutor em Medicina e cirurgião do Hospital*, cx. 1, cap. 5.

Quanto aos alunos desta segunda aula, e das evidências de práticas formativas e processos certificadores que continuaram a ter lugar no Hospital da Misericórdia, e, depois, no interior do Hospital Militar, independentemente da sua organização formal em aula, como se pode ver na Tabela 1, 18 jovens abriram matrícula no início de 1825. Destes, de momento, é apenas possível mencionar oito.

José Caetano Ciebra de Barros, que era soldado do Batalhão de Artilharia, endereçou requerimento ao Governador, que oficiou ao Ministro do Reino a 20 de Agosto de 1824, pedindo «a graça de mandar-lhe dar baixa da praça, que tem no referido Batalhão, a fim de poder melhor prosseguir nos estudos de cirurgia a que se tem aplicado com assiduidade e aproveitamento.»¹³⁴ No despacho da Mesa da Santa Casa de 11 de Janeiro de 1827, está registado que José Caetano Ciebra «pediu para praticar no Hospital a fim de se examinar de cirurgia», pedido que teve resposta negativa¹³⁵.

Francisco Pedro Álvares Pereira Jardim, a 29 de Setembro de 1827, requereu à Mesa da Santa Casa para o admitir à prática de cirurgia no hospital e a Mesa informou os facultativos¹³⁶.

Juvenal Honório de Ornelas, que as observações indicam que «foi para Paris», foi doutor em Medicina¹³⁷ e, até quase à sua morte, em 1873, foi professor da Escola Médico-Cirúrgica e médico pessoal da cronista Isabella de França, aquando da sua estadia na Madeira¹³⁸.

João Nepomuceno Gomes era, em 1831, praticante de cirurgia, e, a 15 de Março, viu ser-lhe passado o provimento pela Mesa da Santa Casa como cirurgião do banco do hospital¹³⁹. Foi barbeiro com tenda registada na Câmara¹⁴⁰, dentista¹⁴¹ e almoxarife do hospital até à sua morte em 1868.

Domingos de Sousa, «praticante de cirurgia», o seu pai, Clementino de Sousa, «boticário», e o seu irmão, Francisco Xavier de Sousa, «praticante de botica», que mais

¹³⁴ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 28, doc. 7848. Ainda não foi possível averiguar a ascendência deste aluno, pois o sobrenome remete para um cirurgião madeirense do séc. XVIII, António Rodrigues Ciebra, que chegou a ser comissário delegado do Cirurgião-Mor do Reino e publicou, em 1760, a obra *Narração cirúrgica de um carbúnculo maligno, que com felicidade se curou na cara*.

¹³⁵ ABM, SCMFUN, Mesa da Santa Casa (Livro da), liv. 452, fl. 3.

¹³⁶ ABM, SCMFUN, Mesa da Santa Casa (Livro da), liv. 452, fl. 26.

¹³⁷ Cf. ORNELAS, 1834, *Dissertation sur le traitement des pertes de sang* [...].

¹³⁸ FRANÇA, 1970, *Jornal de uma Visita à Madeira e a Portugal (1853-1854)*, p. 145.

¹³⁹ ABM, SCMFUN, Mesa da Santa Casa (Livro da), liv. 452, fl. 59.

¹⁴⁰ ABM, CMFUN, Ofícios Mecânicos (Registo de Matrículas), 1827-1836, p. 2.

¹⁴¹ *A Flor do Oceano*, 28 de Fevereiro de 1836, n.º 65.

tarde será boticário do hospital, secretário e professor de farmácia da Escola Médico-Cirúrgica, foram presos em 1828 e enviados para Lisboa¹⁴².

Nicandro Joaquim de Azevedo foi boticário do hospital, primeiro secretário e professor de farmácia da Escola Médico-Cirúrgica.

Manuel José de Freitas foi sangrador e cirurgião examinado no Hospital de Santa Isabel, a 30 de Janeiro de 1828, por João Ângelo Curado de Meneses, delegado comissário do Cirurgião-Mor, e pelos examinadores Luís Henriques e Lourenço José Moniz¹⁴³. É de referir que, nas observações à margem dos nomes dos alunos matriculados em 1825, Manuel José de Freitas surge com a indicação «não continuou», tal como outros seis. É de notar ainda outras referências: o aluno que «embarcou», o que «largou», o que «pediu demissão», o que se «ausentou». Um dos que largou, Francisco Gomes de Sousa, foi, provavelmente, um vereador da Câmara de Ponta do Sol eleito por oito mandatos e cirurgião de profissão¹⁴⁴.

Luís Albino Gonçalves, como registado à margem do seu nome, continuou «na clínica médico-cirúrgica e prática da farmácia na botica do Hospital». Examinou-se no Hospital de Santa Isabel, muito provavelmente no final de 1836, pelo Delegado do Cirurgião-Mor, Luís Henriques, como se pode ver da solicitação feita pelo Governador Civil para a Comissão Administrativa da Santa Casa para que «franqueie tudo quanto seja necessário para que este exame tenha lugar no dia que seja designado pelo referido Delegado do Cirurgião-Mor»¹⁴⁵. O que é revelador, a um só tempo, do momento histórico de transição e da continuidade das práticas é o facto de que o candidato a exame era já, à altura, cirurgião do 5.º Regimento de Infantaria.

Há, por fim, o registo de três matrículas, nos anos de 1826, 1827 e 1831. Todos estes três jovens serão alunos da futura Escola Médico-Cirúrgica¹⁴⁶. Valentim Maximiano de Sousa concluirá o curso de três anos em 1840; João Zacarias, que teve carta de barbeiro em 1834, concluirá o curso de quatro anos em 1846; e Henrique Crawford Júnior, que, apesar de se ter matriculado em 1838 e em 1839, nunca concluirá o curso, o que não o impediu de ter sido enfermeiro geral do Hospital da Misericórdia durante muitos anos.

¹⁴² AHU, CU, Madeira-CA, cx. 37, docs. 10849-10851.

¹⁴³ ABM, CMFUN, *Registo geral de documentos da Câmara* (tomo XVI), fls. 88v.º, 89, 89v.º, 90, 90v.º, 91 e 91v.º.

¹⁴⁴ Cf. SOUSA, 2009, «A Elite Municipal do Funchal, Ponta do Sol e Porto Santo: Identificação e Perfil Sócio-Económico (1834-1878)», p. 580.

¹⁴⁵ ABM, Governo Civil, Autoridades Diversas (Registo de Correspondência), liv. 96, fl. 12v.º.

¹⁴⁶ ABM, EMCFUN, Registo de termos de matrículas, cx. 7, liv. 3.

Poder-se-ia juntar a estes vários outros jovens que figuram nos registos da Santa Casa da Misericórdia. Referir-se-ão alguns apenas a título ilustrativo: a 18 de Março de 1822, Estanislau Eustáquio Moniz de Meneses pediu para praticar cirurgia à Mesa da Santa Casa e foi-lhe solicitado que juntasse atestação dos professores com quem queria praticar¹⁴⁷; a 29 de Março de 1822, Francisco José Brazão, que era ajudante da botica do hospital, reclamava que o ordenado não lhe era pago há oito meses e pedia aumento para dez mil réis por mês, o que lhe foi concedido¹⁴⁸; a 23 de Março de 1827, João de Cantuária requereu à Mesa para praticar cirurgia no Hospital «debaixo das vistas do cirurgião Luís Henriques», o que lhe foi concedido¹⁴⁹; a 5 de Novembro de 1827, os praticantes e enfermeiros requereram à Mesa que se pusesse em execução o título 5.º do Regulamento na secção 2.ª para que se pudessem «aplicar e serem úteis à humanidade», o que ficou prometido que «a seu tempo serão definidos»¹⁵⁰.

Considerações Finais

O decreto de 29 de Dezembro de 1836, que criou a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e do Porto e instou à criação de escolas curricularmente menores nas capitais de distrito, não surgiu a partir de um vazio de práticas e de regulamentações; não foi, de forma alguma, uma novidade absoluta, ainda que em parte o tenha sido em relação ao novo estatuto dado à cirurgia, reduzindo a tradicional distância em relação à medicina, como também em relação ao corte com a centralidade da Universidade de Coimbra. À prática arcaica e de tipo mesteiral, de um ensino baseado na relação mestre-discípulo, em contexto real, distribuída por muitas centralidades, sucedeu uma renovada organização curricular marcada pelo ensino formal e simultâneo, características de estruturação dos sistemas educativos por toda a Europa e que evoluirá ao longo do séc. XIX e início do séc. XX. A institucionalização de aulas *de cirurgia* ou *de anatomia* constituiu o esforço antecedente nesse sentido, ou seja, no sentido da criação de uma nova centralidade, mas também no sentido da instituição de um ensino formal e, conseqüentemente, da extinção de uma certificação apenas pela prática.

¹⁴⁷ ABM, EMCFUN, Registo de matrículas dos alunos do curso de cirurgião, cx. 8, liv. 1, fl. 1v.º.

¹⁴⁸ ABM, EMCFUN, Registo de matrículas dos alunos do curso de cirurgião, cx. 8, liv. 1, fl. 2.

¹⁴⁹ ABM, SCMFUN, Mesa da Santa Casa (Livro da), liv. 452, fl. 14.

¹⁵⁰ É indubitável que a referência é ao *Regimento, ou Regulamento* de 1816 que no seu Título 5.º, da Aula Médico-Cirúrgica, estabelece na secção 2.ª que «O Mestre desta Aula será um e dos Professores da Casa, que a Mesa com o Provedor julgar mais hábil, assinando-lhe ordenado competente.»

Recusar um recuo no tempo *ab initio*, sempre à procura dos precursores, não significa a valorização da importância dos fenómenos de ruptura em detrimento dos de continuidade; antes, é o reconhecimento das limitações actuais da investigação sobre o tema. Por isso, esta análise retrospectiva foi forçosamente incompleta e resumida. Pouco ou nada se sabe acerca da formação de cirurgiões e boticários no Hospital de Santa Isabel no séc. XVIII e nas três primeiras décadas do séc. XIX. Na verdade, pouco se sabe também acerca do contexto nacional, em parte devido a um certo preconceito dos historiadores da medicina em relação a uma realidade marcada pelo ensino não formal e pela certificação pela prática. Espera-se que a perspectiva que se procurou agora dar do contexto das antigas aulas médico-cirúrgicas, ampliando e aprofundando a análise documental e a problematização temática e conceptual, venha a contribuir para uma efectiva investigação histórica, com rigor e métodos, e para a renovação dos objectos da historiografia madeirense, quer no âmbito do seu enfoque como história regional e local, quer no âmbito da sua posição ultraperiférica no contexto da historiografia europeia.

Tabela 1 – Registo de Matrículas dos Alunos do Curso de Cirurgião (1816-1831)

| Data de Matrícula | Nome / Idade / Naturalidade | Observações à Margem |
|--------------------------|--|---------------------------------|
| 12.10.1816 | Felipe Correia / s.r. / São Pedro, Funchal | Morto |
| 12.10.1816 | João António de Góis / s.r. / Ponta Delgada, São Vicente | Saiu. |
| 11.10.1816 | António Joaquim Mendes / s.r. / Campanário, Ribeira Brava «enfermeiro da enfermaria militar nesta casa» | Saiu. |
| 11.10.1816 | José Ricardo Mendes / s.r. / São Pedro, Funchal | Saiu. |
| 07.10.1816 | Elias António Vieira / s.r. / São Pedro, Funchal | Saiu e se examinou. |
| 27.02.1818 | Luís Ferreira da Luz / s.r. / São Pedro, Funchal | Saiu para curar no Porto Santo. |
| 03.02.1819 29.01.1820 | Aires Joaquim / s.r. / Porto da Cruz, Machico | Não continuou. Saiu. |
| 12.10.1820 | João Pereira / s.r. / Fajã da Ovelha, Calheta | s.r. |
| 16.10.1820 | João dos Ramos / s.r. / Fajã da Ovelha, Calheta | s.r. |
| 18.11.1822 | Francisco Martins / s.r. / Funchal | Não teve efeito. |
| 03.01.1825 | Francisco Gomes Jardim / s.r. / s.r. | s.r. |
| 07.01.1825 | Francisco Xavier Barbeito / s.r. / Calheta | Ausentou-se. |
| 07.01.1825 | Serafim Augusto de Bettencourt / s.r. / Funchal | Não continuou. |
| 07.01.1825 | José Caetano Ciebra de Barros / 26 / Ribeira Brava | Não continuou. |
| 08.01.1825 | Francisco Martins Álvares / 23 / Porto da Cruz | «Jan8». |

| | | |
|------------|--|--|
| 08.10.1825 | Joaquim António de Viveiros / 16 / Porto Santo | Pediu a sua demissão do lugar de enfermeiro em 12 de Novembro, que lhe foi dada pelo Provedor. |
| 08.01.1825 | Francisco Gomes de Sousa / 18 / Arco da Calheta, Calheta | Largou. |
| 08.01.1825 | Anselmo Pinto de Barros / 18 anos / São Pedro, Funchal | Não continuou. |
| 08.01.1825 | João Ferreira / 23 / Faial, Santana | Não continuou. |
| 08.10.1825 | Juvenal Honório / 18 / Porto da Cruz, Machico | Foi para Paris. |
| 08.01.1825 | João de Sousa / 16 / Santa Luzia, Funchal | Embarcou. |
| 09.01.1825 | Francisco Militão Camacho / 19 / s.r. | Não continuou. |
| 11.01.1825 | João Nepomuceno Gomes / 24 / Funchal | Foi atestado pelos professores da Aula Médico-Cirúrgica que o aluno deu curso regular da dita aula, e continuou na clínica médico-cirúrgica e prática da farmácia na botica do Hospital. |
| 15.01.1825 | Domingos de Sousa / 14 / s.r. (filho de Clementino de Sousa, boticário) | Foi preso e não continuou. |
| 17.02.1825 | Nicandro Joaquim de Azevedo / 15 / São Pedro, Funchal | Foi atestado pelos professores da Aula Médico-Cirúrgica que o aluno, boticário aprovado, deu o curso regular da dita aula, e continuou na clínica médico-cirúrgica, com a prática da farmácia na botica do Hospital, onde é boticário. |
| 09.04.1825 | Manuel José de Freitas / 19 / Sé, Funchal | Não continuou. |
| 22.03.1825 | Francisco Pedro Ávares / s.r. / s.r. | Não continuou. |
| 10.02.1825 | Luís Albino Gonçalves / 16 / s.r. | Foi atestado pelos professores da Aula Médico-Cirúrgica que o aluno deu curso regular na mesma, e continuando na clínica médico-cirúrgica e prática da farmácia na botica do Hospital. |
| 26.08.1826 | Valentim Maximiano de Sousa / 15 / Funchal | s.r. |
| 15.01.1827 | Henrique Crawford Júnior / 15 / Funchal | s.r. |
| 13.04.1831 | João Zacarias / 16 / s.r. | s.r. |

Fonte: ABM, EMCFUN, Registo de matrículas dos alunos do curso de cirurgião, cx. 8, liv. 1.

Legenda: s.r. – sem registo.

Fontes Manuscritas (Arquivos e Fundos)

Arquivo e Biblioteca da Madeira

Câmara Municipal do Funchal.

Escola Médico-Cirúrgica do Funchal.

Governo Civil.

Santa Casa da Misericórdia do Funchal.

Paróquia de São Pedro.

Paróquia de Santa Luzia.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Chancelaria de Chancelaria Régia.

Chancelaria-Mor da Corte e Reino.

Condes de Linhares.

Ministério do Reino.

Registo Geral de Mercês.

Arquivo Histórico Militar

Arquivo Histórico Ultramarino

Conselho Ultramarino.

Arquivo da Universidade de Coimbra

Periódicos

Diário da Madeira, 1931.

A Flor do Oceano, 1836.

Gazeta de Lisboa, 1825.

O Patriota Funchalense, 1821.

Referências Bibliográficas

A., 1950, «O Ilustre Conselheiro João Francisco de Oliveira», in *Das Artes e da História da Madeira*, n.º 4, pp. 33-37.

- ABREU, Laurinda, 2010, «A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados», in CARDOSO, Adelino; OLIVEIRA, António Braz de e MARQUES, Manuel Silvério, *Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, pp. 97-112.
- ABREU, Laurinda, 2016, «A Misericórdia do Porto e os seus hospitais como centros de formação de cirurgiões (1639-1825)», in AAVV, *Saúde, Ciência, Património: Atas do III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, pp. 541-557.
- ABREU, Laurinda, 2017, «Saúde pública nas Constituintes (1821-1822): ruturas e continuidades», in *Análise Social*, vol. LII (1.º), 222, pp. 5-38.
- ALMEIDA, Fortunato de, 1917, *História da Igreja em Portugal*, Coimbra, Imprensa Académica.
- ANDERSON, Peter John, 1893, *Officers and Graduates of University and King's College of Aberdeen. 1450-1860*, Aberdeen, Printed for the New Spalding Club.
- BALBI, Adrien, 1822, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, vol. 2, Paris, Rey et Gravier Librairies.
- BORGES, Augusto José Moutinho, 2009, *Reais hospitais militares em Portugal: 1640-1834*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- BOTELHO, Sebastião José Xavier, 1821, *História Verdadeira dos Acontecimentos da Ilha da Madeira*, Lisboa, Oficina de António Rodrigues Galhardo, Impressor do Conselho de Guerra.
- BRITO, António José Aguiar Alves de (coord.), 1963, *Universidade do Porto. Anuário XVII. Ano Escolar de 1962-1963*, Porto, Tipografia e Encadernação Domingos Oliveira.
- CARITA, Rui, 2008, *História da Madeira. O longo século XIX (1834-1910)*, Funchal, Secretaria Regional de Educação e Cultura e Universidade da Madeira.
- CARVALHO, Rómulo de, 2008, *História do Ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CARVALHO, Silva, 1917, *Médicos e Curandeiros*, Lisboa, Tipografia Adolpho de Mendonça.
- CATROGA, Fernando, 2015, *Memória, História e Historiografia*, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas.
- CIEBRA, António Rodrigues, 1760, *Narração cirúrgica de um carbúnculo maligno, que com felicidade se curou na cara*, Lisboa, Oficina de Francisco Luiz Ameno.
- CLODE, Luís Peter, 1983, *Registo bio-bibliográfico de madeirenses: sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal.

- COSTA, Bruno Abreu e MARTINS, Maria Cristina, 2015, «O Corpo Enfermo: A Clientela do Hospital de Santa Isabel do Funchal (1784-1786)», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 7, pp. 186-221.
- COSTA, José Pereira da, 1966, «Notas sobre o Hospital e a Misericórdia do Funchal», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XIV, pp. 94-239.
- COSTA, José Pereira da, 1993, *Assistência médico-social na Madeira (breve resenha histórica)*, Funchal, Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.
- COSTA, José Pereira da e SAINZ-TRUEVA, José de, 1992, *Assistência médico-social na Madeira e a Escola Médico-Cirúrgica do Funchal*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração.
- CRESPO, Jorge, 1990, *A História do Corpo*, Lisboa, Difel.
- FERRAZ, Amélia Ricon, 2013, *A Real Escola e a Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Contributo para a História da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*, Porto, U.Porto Editorial.
- FIGUEIREDO, A. Bandeira de, 1963, *Introdução à História Médica da Madeira*, Porto, Edições Marânus.
- FIGUEIREDO, A. Bandeira de, 1964, *Aspectos da Medicina na Madeira através dos tempos* (separata de *Anais Azevedos*, n.º 15), Lisboa, Sociedade Industrial Farmacêutica.
- FRANÇA, Isabella de, 1970, *Jornal de uma Visita à Madeira e a Portugal (1853-1854)*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- GARNEL, Maria Rita Lino, 2013, «Da Régia Escola de Cirurgia à Faculdade de Medicina de Lisboa. O Ensino Médico (1825-1950)», in MATOS, Sérgio Campos e Ó, Jorge Ramos do, *A Universidade de Lisboa, séculos XIX-XX*, vol. I, pp. 538-650.
- LAVE, Jean e WENGER, Etienne, 2008, *Situated Learning. Legitimate Peripheral Participation*, New York, Cambridge University Press.
- LEMONS, Maximiano, 1991, *História da Medicina em Portugal: Doutrinas e Instituições*, Lisboa, Dom Quixote/Ordem dos Médicos.
- LOJA, António Egídio Fernandes, 2008, *Crónica de uma Revolução. A Madeira na Revolução Liberal*, Funchal, Funchal 500 Anos.
- MATOS, Rui Manuel Carneiro de Campos, 2016, *A Arquitectura do Turismo Terapêutico. Madeira e Canárias, 1800-1914*, Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- MONIZ, Lourenço José, 1815, *Dissertatio medica inauguralis, de ictero: quam, annuente summo numine: ex auctoritate reverendi admodum viri, D. Georgii Baird, SS.T.P. Academiae Edinburgenae Praefecti: necnon amplissimi senatus academici consensu, et nobilissimae facultatis medicae decreto: pro gradu doctoratus, summisque in medicina honoribus ac privilegiis rite et legitime consequendis*, Edinburgi, Excudebant Neill et Socii.

- NASCIMENTO, João Cabral do, 1932, «Alunos da Aula Médico-Cirúrgica», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. II, pp. 101-104.
- NASCIMENTO, João Cabral do, 1932, «Relatório do Dr. Luis Henriques sobre os melhoramentos a introduzir no Hospital de Santa Isabel», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. II, pp. 42-45.
- NASCIMENTO, João Cabral do, 1933, «De Rebus Pluribus: Manuscritos da Escola Médica», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. III, p. 115.
- OLIVEIRA, Luísa Tiago de, 1992, *A saúde pública no vintismo: estudo e documentos*, Lisboa, Edições João Sá da Costa.
- ORNELAS, Juvenal Honório de, 1834, *Dissertation sur le traitement des pertes de sang qui peuvent suivre l'accouchement. Thèse présentée et soutenue à la Faculté de Médecine de Paris, le 25 mars 1854, pour obtenir le grade de Docteur en médecine*, Paris, Imprimerie de Didot Le Jeune.
- PÃO, Nélio, 2015, «A Epidemia de Cólera de 1856 na Madeira: Tratamentos, Medidas Preventivas, Preocupações Sanitárias e Cuidados com o Corpo», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 7, pp. 323-346.
- PEREIRA, Mário, 2002, *A Madeira e a Ortopedia. Notas para o estudo da história da medicina e ortopedia na Madeira*, Funchal, Centro Ortopédico do Funchal.
- PIMENTEL, Alberto, 1893, *A ultima Corte do absolutismo em Portugal*, Lisboa, Livraria Féris.
- PITA, João Rui, 1996, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)*, Coimbra, Livraria Minerva Editora.
- PITA, João Rui, 1999, «A farmácia em Portugal: de 1836 a 1921. Introdução à sua história. Parte I. Ensino farmacêutico e saúde pública – formação e actividade dos farmacêuticos portugueses», in *Revista Portuguesa de Farmácia*, vol. 49, n.º 1, Jan.-Mar., pp. 1-20.
- PITA, João Rui e PEREIRA, Ana Leonor, 2006, «A História da Farmácia em Portugal: o Estado da Arte. O projecto interdisciplinar do CEIS20», in PITA, João Rui e PEREIRA, Ana Leonor, *Rotas da Natureza. Cientistas, Viagens, Expedições, Instituições*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 79-88.
- PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1949-1951, *Notas & comentários para a história literária da Madeira*, 3 vols., Funchal, Câmara Municipal.
- RODRIGUES, Manuel Augusto, 1992, *Memoria professorum universitatis conimbrigensis 1772-1937*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra.

- RODRIGUES, Paulo Miguel, 2011, «A Madeira durante o primeiro triénio liberal (1820-1823): Autonomia, Adjacência ou Independência?», in REBELO, Helena, *Lusofonia: Tempo de Reciprocidades. Actas do IX Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Porto, Edições Afrontamento, vol. II, pp. 451-464.
- S.A., 1871, *Projecto de Regulamento para a Santa Casa da Misericórdia, e seu hospital denominado de Sancta Isabel da Cidade do Funchal no Anno de 1844. Offerecido ao Governo de Sua Majestade pelo Administrador do respectivo Districto*, Funchal, Na Typ. da Razão.
- S.A., 1820, *Regimento, ou Regulamento do Hospital Real de Santa Isabel da Cidade do Funchal Ilha da Madeira, sendo Provedor da Mesma Santa Casa o Excelentissimo e Reverendissimo Senhor Bispo Vigario Apostolico D. Fr. Joaquim de Menezes Attaide. Ano de 1816*, Lisboa, Typografia Bulhoens.
- S.A., 1840, *Regimento do Hospital Nacional e Real de Sancta Isabel da Cidade do Funchal, Provincia da Madeira Anno de 1834*, Funchal, Typographia Nacional.
- SALGUEIRO, Ana, 2015, «Introdução», in SALGUEIRO, Ana e RODRIGUES, Paulo Miguel, *Cabral do Nascimento: escrever o mundo por detrás de um monóculo e a partir de um farol*, Funchal, Imprensa Académica.
- SANTOS, Filipe dos, 2015, «Corpos Doentes, Corpos Confinados: Lázarus no Funchal (Final do Século XV – Segundo Terço do Século XVII)», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 7, pp. 35-94.
- SHER, Richard B., 2006, *The Enlightenment and the book: Scottish authors and their publishers in eighteenth-century Britain, Ireland, and America*, Chicago & London, The University of Chicago Press.
- SILVA, Fernando Augusto da, 1945, *Diocese do Funchal. Sinopse Cronológica*, Funchal, Tipografia Esperança.
- SILVA, Fernando Augusto da, 1945, *A Antiga Escola Médico-Cirúrgica do Funchal: Breve Monografia Histórica*, Funchal, Tipografia Esperança.
- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2009, «A Elite Municipal do Funchal, Ponta do Sol e Porto Santo: Identificação e Perfil Sócio-Económico (1834-1878)», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 1, pp. 515-657.
- VERÍSSIMO, Nelson, 1990, «A questão dos Sanatórios da Madeira», in *Isleña*, vol. 6, Jan.-Jun., pp. 124-143.
- VIEIRA, Ismael Cerqueira 2016, *Conhecer, Tratar e Combater a «Peste Branca». A tisiologia e a luta contra a tuberculose em Portugal (1853-1975)*, Porto, CITCEM/Edições Afrontamento.